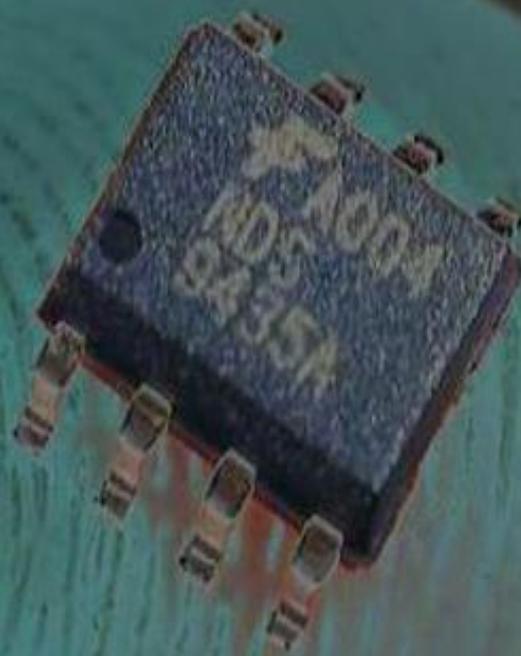


REVISTA PERSPECTIVAS SOCIAIS

V.5, N°1 - 2018



**As mídias e suas
interfaces
sociológicas**



PPG – Sociologia

APRESENTAÇÃO

A Revista *Perspectivas Sociais*, publicação discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tem como princípio editorial a promoção do intercâmbio de ideias através da publicação de artigos de estudantes e pesquisadores de instituições acadêmicas diversas. Dessa forma, fomenta discussões de âmbito interdisciplinar nas Ciências Sociais por meio do incentivo a estudantes e pesquisadores em diferentes graus de formação, entendendo como exercício necessário os processos de revisão de trabalhos por pareceristas especializados em cada uma das temáticas.

A presente edição, lançada em novembro de 2018, aborda a temática “As Mídias e as suas interfaces sociológicas”, a partir da qual foram acolhidos trabalhos que trazem reflexões diversas. Entre estes estudos encontram-se pesquisas relacionadas às novas lógicas econômicas, que só são possíveis a partir de novas perspectivas sobre as relações sociais que passam por mudanças significativas no modo de consumir, se relacionar e avaliar a partir de novas tecnologias. Entre essas, a blockchain, uma base de dados descentralizada que possibilita processos de interação de novo tipo.

Sobre tais problemáticas destacam-se, respectivamente, os artigos “*Interseções entre Dinheiro e Intimidade: Um estudo sobre o aplicativo de Economia Colaborativa Airbnb*” de Greice Martins Gomes; e “*A blockchain como dispositivo de mercado: reflexões à luz da sociologia econômica*”, de Otávio Vinhas.

Acerca do papel das redes sociais e das mídias tradicionais na cobertura de processos de mobilização coletiva, frisa-se o artigo “*Cacerolazos na argentina: a cobertura midiática que desafia a teoria*”, de Guillermo Omar Orsi. No artigo “*Biopolítica nas mídias digitais: apontamentos sobre bioestética e boçalidade do mal*”, Patrícia Aurora Corrêa Mazoti sublinha a conversão das mídias digitais em dispositivos de controle e de vigilância que esculpem novas subjetividades.

Por fim, a presente edição é encerrada com a tradução Alejandro Maldonado Fermín do texto de Daisy D’Amário (UCV) “*Mediações contextuais: uma aproximação à crise da comunicação na Venezuela e suas implicações na constituição das audiências*”. Esta edição traz artigos de pesquisadores vinculados à UFPEL, à UFRGS e à UNESP, os quais brindam a comunidade acadêmica com um diálogo diversificado acerca dos impactos das mídias nas relações sociais.

Agradecemos a todos que colaboraram para a presente edição, autores, pareceristas e a comunidade acadêmica que auxiliou na divulgação deste trabalho.

Equipe editorial da Revista Perspectivas Sociais

Profa. Dr^a. Elaine da Silveira Leite

MSC. Anne P. Brandalise

MSC. Júlio Marinho Ferreira

Bel. Pedro Felipe Narciso.

Intersecções entre Dinheiro e Intimidade: Um estudo sobre o aplicativo de Economia Colaborativa Airbnb.

Greice Martins Gomes¹

Resumo: Práticas de Economia Colaborativa estão se tornando cada vez mais frequentes e apresentam diferentes possibilidades de interpretação, fato que tem levado a debates sobre suas implicações na vida social. Neste trabalho apresentaremos parte do processo de construção de uma pesquisa que busca compreender como ocorrem as interseções entre aspectos econômicos e não econômicos em ambientes de Economia Colaborativa. O foco deste estudo é a relação entre os anfitriões e convidados que acontecem através do aplicativo de hospedagem doméstica Airbnb e neste artigo, propomos discutir como uma Sociologia da Avaliação e Avaliação poderia contribuir para o processo de pesquisa.

Palavras-chave: Economia Colaborativa, Airbnb, Dinheiro, Intimidade, Sociologia da Valoração e Avaliação.

ABSTRACT: Practices of Sharing Economy are becoming more and more frequent and presents different possibilities of interpretation, fact that has led to debates about their implications in social life. In this work we will present part of the process of construction of a research that seeks to understand how the intersections between economic and non-economic aspects occur in Collaborative Economy environments. The focus of this study is the relationship between hosts and guests that happen through the domestic hosting application Airbnb. And in this article, we propose to discuss how a Sociology of Valuation and Evaluation could contribute to the research process.

Key Words: Sharing Economy, Airbnb, Intimacy, Money, Sociology of Valuation and Evaluation.

Introdução

A representativa presença das tecnologias digitais e da internet² em nosso cotidiano é uma realidade na vida social contemporânea. O número de brasileiros que possuem acesso à

¹ Mestranda em Sociologia UFPEL.

² Optamos por pela grafia de “internet” em letras minúsculas, seguindo as tendências atuais neste sentido as quais consideram esta palavra “não a um nome próprio, mas a um substantivo comum” (MARKHAM E BAYAM 2009, p. VIII).

internet ultrapassou 100 milhões em 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. E, foi em 2014 que o total de lares brasileiros que possuíam acesso à internet ultrapassou a barreira dos 50%, sendo que em 2015 este número subiu para 57,5%.

Desta forma, novos modelos e práticas econômicas se consolidam ao redor do mundo. Como reflexo, no cenário brasileiro, recentemente o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações divulgou o lançamento da Frente Parlamentar Mista de Economia Colaborativa. Conforme seu estatuto⁴ de 2017 visa apoiar e defender a Economia Digital e a Economia Colaborativa, estimular a participação ampla e democrática da sociedade civil nas discussões, incentivar e promover estudos para o desenvolvimento da Economia Digital e Colaborativa.

Em referência a isso, o coordenador⁵ deste grupo observa que a Economia Colaborativa se torna, cada vez mais, presente na vida do brasileiro e detalha empreendimentos que se tornaram, em termos de volume, pioneiros neste modelo, citando entre eles Airbnb⁶ e Uber⁷. Segundo define este parlamentar a Economia Colaborativa é uma atividade econômica baseada em uma melhor utilização de recursos considerados ociosos como, por exemplo, um quarto que esteja vago e que poderia ser ofertado através da internet por intermédio de um software que operacionaliza tramites como pagamento, datas disponíveis, fornece mapas, permite a divulgação de fotos e demais ações deste tipo.

Não obstante grandes corporações contemporâneas de Economia Colaborativa (Netflix, Airbnb, Uber, Amazon, Spotify etc.) assim como redes de interação social (Facebook, Twitter, Tumblr, Instagram, etc.) acabam influenciando a forma como relacionamos os aspectos da vida social, os mercados e nosso comportamento. Ou conforme aponta Dias (2016) ao dizer que a grande abrangência das tecnologias de informação e

³ IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios particulares permanentes com utilização da internet. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5177>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

⁴ Estatuto na íntegra. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53738-integra.pdf> Acesso em: 12 dez. 2017.

⁵ O deputado Thiago Peixoto (PSD-GO) preside a frente Economia Digital e Colaborativa que é formada por mais duzentos parlamentares e foi lançada em 17/5/2017 pelo Congresso Nacional.

⁶ O Airbnb constitui-se como uma modalidade de negócio na qual pessoas podem ofertar suas residências para aluguel temporário por intermédio de um software (GUTTENTAG, 2015).

⁷ O Uber trata-se de um serviço de transporte urbano mediado por um aplicativo on-line que conecta motoristas particulares a passageiros interessados em ser transportados.

comunicação (TIC's) acabam por oportunizar novas formas de interação entre os indivíduos e aspectos tanto culturais quanto sociais colocam-se em transformação. Atores sociais são levados a um processo de (re)negociação de significados e de (re)estabelecimento de limites de legitimidade, significação e justificação. Processo que acaba, por vezes, misturando variáveis que envolvem moralidades, direito, economia e também sentimentos, emoções e afetos as transações econômicas (ILLOUZ, 2011) ou nas palavras de Zelizer (2011) interseccionam dinheiro e intimidade.

Dito isso, a pesquisa qualitativa não escapa aos efeitos da evolução tanto digital quanto tecnológica que vivenciamos na atualidade. Logo, quanto aos métodos e técnicas aqui empregados optamos por acompanhar a trajetória, no espaço público da palavra “Airbnb” seguindo-a, pela imprensa e para tanto, recorreremos ao acervo digital de um dos mais longevos diários da grande imprensa brasileira⁸. Além disso, foram coletadas informações diretamente do site www.airbnb.com¹⁰ bem como publicações textuais feitas por usuários após suas estadias.

Em linhas gerais, pretendemos discorrer sobre como podem ser investigadas, através da sociologia da valoração e avaliação, práticas que interseccionam fatores econômicos (dinheiro) e fatores não econômicos (intimidade) dentro de um tema contemporâneo: a Economia Colaborativa.

Percepções sobre uma Economia Colaborativa

A Economia Colaborativa pode ser descrita como uma construção ‘guarda-chuva’, isto é, um conceito ou ideia usado para abarcar e explicar um conjunto maior de fenômenos contemporâneos (BELK, 2014). Provavelmente por esta amplitude, as nomenclaturas usadas como forma de se referir à Economia Colaborativa sejam também plurais e diversas. É possível encontrar diferentes proposições que venham a fazer referência ao tema, por exemplo temos: Economia Híbrida (ABRAMOVAY, 2014), Economia da Dívida (FRIEDMAN, 2017; SUNDARARAJAN, 2016), Sharing Economy (SCHOR, 2016), Consumo Colaborativo (BOTSMAN; ROGERS, 2014) e Mesh (GANSKY, 2010).

⁸ O Acervo Estadão consiste no arquivo online de todas as edições já impressas do Jornal “O Estado de S. Paulo” e permite acesso a todos os fatos relevantes e históricos do país desde 1875. Consta com 137 anos de matérias, reportagens e fotos publicados pelo jornal. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br>
Acesso em: 14 ago. 2017.

⁹ O período de abrangência da coleta de dados que compõe esta primeira etapa ocorreu entre junho e agosto de 2017.

A escolha pela nomenclatura ‘Economia Colaborativa’ é adotada neste trabalho, pois é a que mais se aproxima da tradução literal de Sharing Economy. Termo usado pela socióloga Juliet Schor, no qual a Economia Colaborativa é baseada em três aspectos centrais: a) processo em que indivíduos concedem acesso temporário de itens que possuem e que consideram ociosos ou subutilizados, b) em troca de dinheiro e c) através da mediação de plataformas digitais (SCHOR, 2017).

Dentro de determinada perspectiva, a Economia Colaborativa é vista como um modelo socioeconômico que oportuniza mudanças de paradigmas, sobretudo quanto à concepção que tange a propriedade privada dos bens. Nesta linha, encontra-se a argumentação de que a Economia Colaborativa dá a possibilidade de se usufruir de bens e serviços a um custo reduzido e de forma mais conveniente, sem a necessidade de adquiri-los, o que é descrito por alguns autores como uma prioridade do uso em detrimento da posse (BOTSMAN; ROGERS, 2014).

Também entram nesta visão questões relacionadas às preocupações ambientais (GANSKY, 2010) e a redefinição do sentido de comunidade. Assim, como a viabilidade do acesso em larga escala a bens e serviços com a conveniência de se contar com regras objetivas e informações detalhadas sejam através de formatos seguros de pagamento, sejam com a constante avaliação de seus usuários contribuindo com a manutenção do nível esperado dos serviços (FRIEDMAN, 2017; SUNDARARAJAN, 2016).

Contudo, para que não incorramos em uma visão unilateral deste fenômeno, outros aspectos também precisam ser considerados. Slee (2017), neste sentido, vai apontar que quase todas as empresas são sediadas no Vale do Silício (EUA) - a conhecida ‘meca’ das novas tecnologias e povoada por startups - as empresas gestoras destas plataformas de Economia Colaborativa conseguem fazer fortunas utilizando de um elaborado discurso ativista¹¹ através da promessa de realizar os sonhos comunitários das novas gerações. Em síntese, nesta perspectiva, grande parte dos fenômenos classificados como colaboração não passariam de meras apropriações deste “termo socialmente desejado” (BELK, 2015, p.22).

Por fim, ao nos concentrarmos nas narrativas de uma ponta da cadeia (ofertante – cliente) do aplicativo Airbnb, entendemos que as limitações pertinentes a este conjunto

¹¹ Um exemplo, disso é a recente campanha de marketing lançada pelo Airbnb em resposta à última polêmica de Donald Trump. A empresa declarou que irá investir US\$ 100 mil em anúncios de hospedagens no Haiti, El Salvador e em países africanos, chamados de “países de inferiores” pelo presidente norte-americano. As propagandas serão veiculadas em grandes mídias norte-americanas e na internet. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/internacional/revolta-mundial-apos-comentario-de-trump-sobre-haiti-e-paises-africanos> >. Acesso em: 27 jan. 2018.

específico de variáveis não nos permitirão aprofundar outros aspectos também importantes e relativos à Economia Colaborativa. Contudo, a questão na qual nos concentramos está ancorada em se compreender a relação entre dinheiro e intimidade dentro deste fenômeno contemporâneo. Deste modo, justifica-se a escolha deste aplicativo por ser atualmente um dos maiores representantes da Economia Colaborativa ao redor do mundo (SCHOR, 2016) e também porque a vida doméstica através dos tempos e das sociedades é, em grande parte, íntima (DAVIS, 1973). Assim, a comercialização de um espaço doméstico constitui-se em um cenário próspero para se estudar a relação entre trocas financeiras e intimidade.

Para além do “colchão de ar e café da manhã”

De acordo com informações de seu site o Airbnb¹² se descreve como “um mercado comunitário confiável para pessoas anunciarem, descobrirem e reservarem acomodações únicas ao redor do mundo seja de um computador, de um celular ou de uma tablet [...] e conecta as pessoas a experiências de viagem únicas”. O aplicativo foi criado em 2008, na cidade de São Francisco, Estados Unidos. Segundo informa em seu site, já se hospedaram por seu intermédio mais de 200 milhões de pessoas até o ano de 2016. Está presente em 65 mil cidades, 191 países e possui três milhões de acomodações cadastradas ao redor do mundo, enfatiza também que recebeu mais de 100 mil hóspedes durante a Copa do Mundo FIFA no Brasil, em 2014, e tornou-se o fornecedor oficial do Estado do Rio de Janeiro para acomodações alternativas nas Olimpíadas Rio 2016.

A sigla a qual lhe confere nome trata-se de um acrônimo para *air bed and breakfast* (colchão de ar e café da manhã em inglês), referência de quando foi criado com este propósito, mas hoje, muito mais do que colchões de ar oferece as mais variadas formas de hospedagem doméstica. Hospedagens estas que vão de casas em árvores, mansões feitas de Lego¹³, barcos, castelos até a modalidade mais comum e em maior número que são residências particulares como casas e apartamentos. Nesta última, os tipos de acomodações ofertadas no site do aplicativo¹⁴ se dividem em três e vão desde “Casa inteira” com o descritivo: “tenha um lugar só para você”; “Quarto inteiro” com o descritivo: “Tenha seu

¹² AIRBNB. Disponível em: < <http://www.airbnb.com> > Acesso em: 17 ago. 2017.

¹³ Em referência ao brinquedo de plástico cujo conceito se baseia em partes que se encaixam permitindo um grande número de combinações. Disponível em: < <https://www.airbnb.com.br/night-at/lego-house> >

¹⁴ Descritivo fornecido pelo Airbnb quantos aos ‘tipos de acomodação’ passíveis de locação. Disponível em < <https://www.airbnb.com.br/help/article/5/what-does-the-room-type-of-a-listing-mean> >

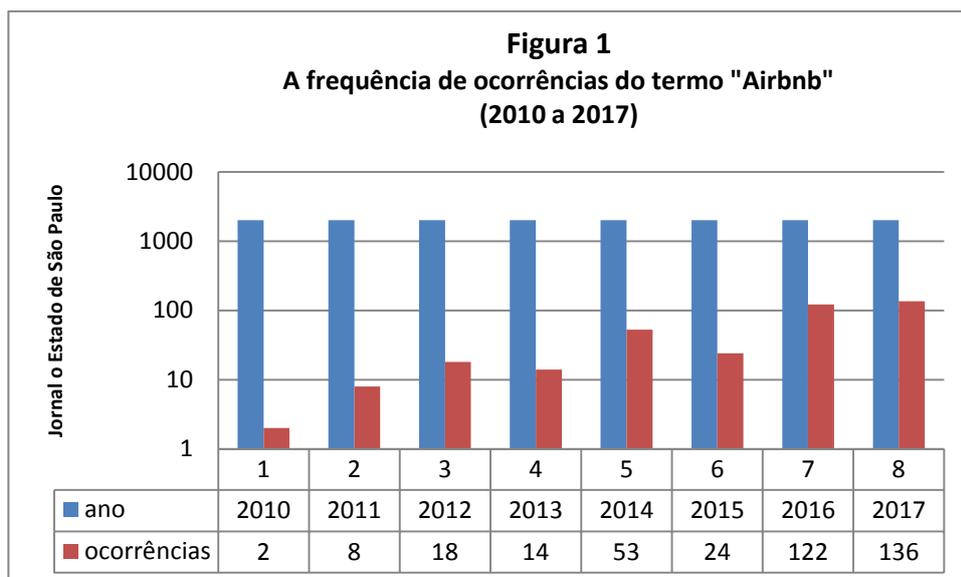
próprio quarto e compartilhe alguns espaços comuns” e por fim a opção “Quarto compartilhado” para a qual consta “Fique em um espaço compartilhado, como um quarto comum.”

As pessoas que ofertam suas residências são chamadas de anfitriões e aqueles que se hospedam são chamados de hóspedes. Os primeiros oferecem seus imóveis, divulgam fotos e informações como localização, comodidades como secador de cabelo, internet sem fio, ferro elétrico, TV, existência de animais domésticos no local, utensílios domésticos que podem ser compartilhados, ar-condicionado entre outras possibilidades; estabelecem ainda as regras de convívio e utilização bem como definem o seu próprio preço na plataforma. Aqueles interessados em locar um espaço podem fazer escolhas no site através de ‘filtros’ como ‘Tipo de acomodação’, ‘Faixa de Preço’ ou por escolha de ‘comodidades’ (ar condicionado, internet sem fio, horário de acesso ao imóvel flexível), ‘Instalações’ (Acessível de cadeira de rodas, estacionamento incluído) entre outros¹⁵.

Analisando-se o contexto brasileiro através do Jornal O Estado de S. Paulo (“Estadão”), seu acervo digital¹⁶ revela um avanço no interesse em relação ao aplicativo ao se considerar o número crescente de citações da palavra “Airbnb” conforme apresentada na figura 1.

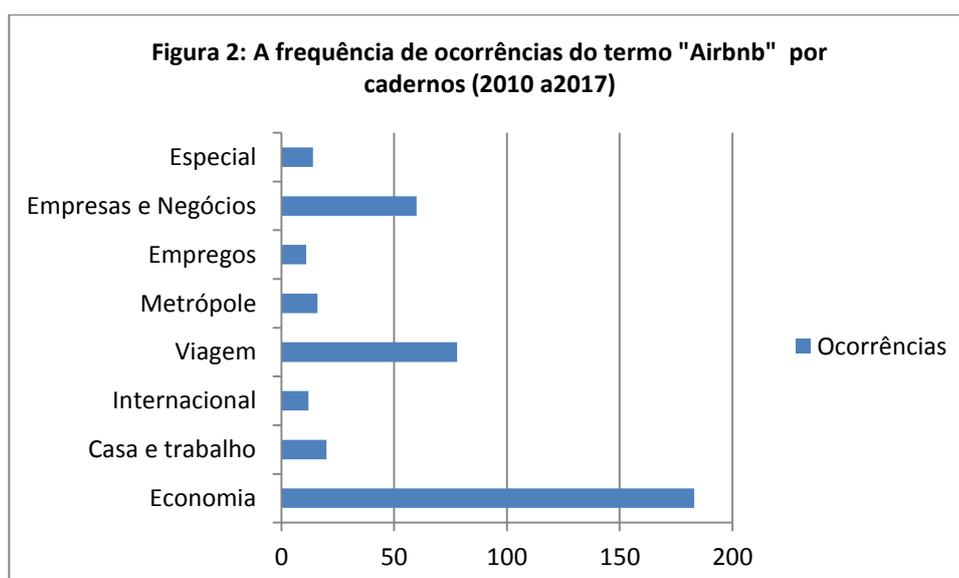
¹⁵ Descritivo fornecido pelo Airbnb quantos aos seus ‘filtros’ e busca. Disponível em: <<https://www.airbnb.com.br/help/article/479/how-do-i-use-search-filters>>

¹⁶ O acervo d’O Estado de São Paulo está disponível no link <http://acervo.estadao.com.br/>. As matérias podem ser acessadas por palavras-chave e a contagem dos registros relativos a cada uma dessas palavras é apresentada por ano; Além disso, cada registro pode ser localizado no corpo da matéria a ele correspondente. Na forma como apresentadas neste texto, as informações se referem à última consulta efetuada, realizada em 04 de janeiro de 2018.



Fonte: Acervo d'O Estado de São Paulo [<http://acervo.estadao.com.br>] Consultas atualizadas até o dia 04 de fevereiro de 2018

Observamos ainda que desde o início, a maioria das publicações sobre o Airbnb no Jornal O Estado de S. Paulo aconteceram dentro do caderno de economia, incidência esta maior até mesmo que em cadernos como informática ou viagem e turismo. Tal relação conduz a um dado importante, ou seja, de que o assunto antes de ser tratado como um tema relacionado à tecnologia ou turismo, ele é tido como um tema econômico, conforme demonstramos na figura 2.



Fonte: Acervo d'O Estado de São Paulo [<http://acervo.estadao.com.br>] Consultas atualizadas até o dia 04 de fevereiro de 2018

Outro aspecto constatado é que no início das publicações, entre 2010 e 2012, o caráter predominante das reportagens se voltava para explicar o que era o Airbnb, como se dava seu funcionamento assim como relatos de experiências de brasileiros utilizando o aplicativo principalmente no exterior, uma vez que a versão brasileira do Airbnb começou a ganhar mais popularidade somente a partir de 2013. Algumas descrições como uma reportagem de vinte de julho de 2010¹⁷, trazem detalhes em uma dimensão mais didática e explicativa tais como “uma opção de hospedagem com conveniências de hotel, conforto de casa e preço de albergue”. E ainda instruções de como o hóspede deveria proceder nos trâmites com seu futuro anfitrião: “uma vez que encontrou seu quarto, pode enviar perguntas (devo levar toalhas? você aceita gatos?)”.

Além das publicações na grande mídia como as que descrevemos anteriormente, outras possibilidades de se observar este aplicativo de hospedagens domésticas também são possíveis. Neste sentido, Slee (2017) explora o fato de que o Airbnb teria criado mecanismos para burlar o pagamento de impostos nos países onde opera. Este autor afirma o Airbnb faz isso repassando o dinheiro que recebe dos usuários diretamente para uma subsidiária sua no exterior, de modo que esses circuitos financeiros não passam em nenhum momento pelo Airbnb do Brasil, por exemplo, levando à impossibilidade de cobrança de impostos por parte do Estado. O Airbnb é apontado também, de acordo com Slee (2017) como um dos principais responsáveis em levar a gentrificação¹⁸ várias cidades, à medida que torna mais rentável para os proprietários cederem casas e quartos para turistas do que para residentes, encarecendo assim o aluguel de forma geral.

Além disso, segundo este mesmo autor, as principais organizações de Economia Colaborativa, como Uber e Airbnb argumentam que as atividades prestadas em suas plataformas são circunstanciais e desta forma não se constituem vínculo empregatício com a empresa e estão sendo criticadas por isso. Quanto a este aspecto Slee (2017) relaciona a Economia Colaborativa com o trabalho feminino no passado, antes da equidade salarial ao dizer que em muitos países havia uma leitura de que empregos femininos ‘não eram empregos

¹⁷ ESTADÃO JORNAL DIGITAL. *Encontre sua hospedagem em redes sociais*. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100720-42644-nac-50-via-v6-not/busca/airbnb>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

¹⁸ Segundo Bataller (2012) O termo ‘gentrificação’ deriva-se de gentry, uma expressão inglesa que designa pessoas ricas, ligadas à nobreza. O termo foi usado inicialmente por volta dos anos 60, em Londres (Inglaterra) quando vários ‘gentrifiers’ migraram para bairros que, até então, abrigavam a classe trabalhadora. Este movimento elevou consideravelmente o preço imobiliário nestes locais, acabando por “expulsar” os antigos moradores.

de verdade' e que muitas mulheres estavam satisfeitas em trabalhar por baixos salários. Logo, é visível a existência de tensões e conflitos entre estas grandes corporações e seus usuários relacionados à violação das leis trabalhistas, a falta de clareza e inflexibilidade nas negociações das tarifas, bem como a questão de taxação e cobrança de impostos, debate também profícuo e que abre espaços para discussões futuras.

Sociologia da Valoração e Avaliação: intersecções entre dinheiro e intimidade

A definição de intimidade passa pelo que se entende por relações íntimas. Nestas, as interações dependem, entre outras coisas, de conhecimentos e atenção que sejam compartilhados com determinado grupo de pessoas, ou seja, não estejam amplamente disponíveis a terceiros. Os conhecimentos envolvidos incluem diferentes elementos que podem ser segredos, rituais pessoais ou interpessoais, informações pessoais ou corporais, memórias e consciência da própria vulnerabilidade pessoal. Já a atenção envolvida inclui elementos tais como determinados tipos de cuidado, dedicação e apoio emocional (ZELIZER, 2009).

Neste sentido, mesmo que a interação entre hóspede e anfitrião no aplicativo de Economia Colaborativa Airbnb seja limitada ainda sim há o aspecto do compartilhamento de informações pessoais (fotos, hábitos, rotinas) bem como envolve determinados tipos de atenção que passam a ser divididas com alguém “desconhecido”. É justamente neste tipo de relações sociais que mesclam dinheiro e intimidade que vemos uma notável oportunidade para examinar como as pessoas passam a constituir um trabalho relacional.

Para aprofundarmos estas questões é importante considerarmos que as práticas econômicas não se encontram limitadas dentro de mecanismos impessoais de precificação e pulsões indubitavelmente racionais e pragmáticas por parte dos indivíduos, vão além disso, e se constituem como uma construção de práticas humanas. Circunscrevem-se, portanto, dentro de uma determinada cultura, de laços sociais, moralidades e crenças comuns já existentes em determinado contexto social (ILLOUZ, 2011). Neste caminho, a Sociologia da Avaliação e Valoração (SVA)¹⁹ se apresenta como um oportuno aporte teórico para auxiliar na compreensão de práticas de Economia Colaborativa.

Sociólogos de uma SVA têm estudado os mecanismos que os mercados utilizam para a produção de valor (ZUCKERMAN, 1999) e também o processo pelo qual os próprios objetos se tornam passíveis de valoração (ZELIZER, 2011). De modo geral, a utilização de

¹⁹ A Sociologia da Valoração e Avaliação será, partir de agora, referenciada no texto através da sigla SVA.

uma SVA em estudos sociológicos pode fornecer um entendimento sobre (1) de modo que as valorações e avaliações podem nos guiar a considera-las a partir de outros ângulos; (2) como subprocessos de avaliação (as peças do quebra-cabeça) se encaixam e ainda, agregar um caráter multidisciplinar ao se pensar e (3) como questões completamente exploradas em uma literatura podem sugerir novas perguntas em outra literatura (SNOW; MORRILL; ANDERSON, 2003).

A base das pesquisas em SVA consiste em descobrir os critérios de avaliação e revelar os dispositivos, instituições ou estruturas sociais e culturais que os sustentam e os acionam. Neste sentido, complementa Lamont (2000) que, como uma ramificação da Sociologia Econômica, a SVA, em grande parte, tem considerado a relação entre processos de mercado e aspectos não econômicos da vida social. É relevante também esclarecer que segmentos da SVA tratam a valoração e avaliação sob diferentes aspectos. Para Lamont (2000), a valoração é da ordem racional e quantitativa, indica importância. Já a avaliação é da ordem emocional, pertencendo aos domínios dos afetos, influência no grau de desejabilidade.

Ao relacionarmos a SVA ao nosso estudo, podemos perceber que os critérios de ‘valoração’ são definidos pelo próprio aplicativo Airbnb à medida que ao finalizar uma estadia o usuário recebe uma mensagem para que seja dada determinada nota para elementos previamente definidos (limpeza, precisão, comunicação, *cheque-in* e valor). Sob a ótica da ‘avaliação’, a ferramenta trabalha com mensagens textuais públicas deixadas após as estadias e incentiva que ao se fazer isso é possível “ajudar outros hóspedes a encontrar o lugar certo para viajar”²⁰ criando-se com isso um senso de comunidade bem como um círculo de confiança.

Temos ainda autores da SVA que estão preocupados com a relação entre a valoração monetária. Para tanto analisam a convocação de intermediários sociais na construção da confiança de determinados bens tal como faz Karpik (2010). No Airbnb, estes atores intermediários são principalmente os hóspedes que são ‘convocados’ a participar das avaliações de suas estadias. Inserem em seus comentários considerações que vão além do objeto propriamente dito, a casa ou apartamento em questão, agregando outros sentidos e novos significados ao processo, os quais, também podem ser estudados e aprofundados através da SVA.

²⁰ Disponível em: <https://www.airbnb.com.br/> Acesso em 15 de mar. de 2108

Esta ramificação da sociologia econômica pode ser útil também para a compreensão das dimensões culturais de categorização, bem como para conectar a microdinâmica que conduz a aceitação ou exclusão com as macrodefinições de terminada comunidade simbólica. De certa forma, o que cria valor para identidades coletivas envolve matrizes de valor que sejam compartilhadas por determinado grupo (LAMONT, 2000) como o que pode ser percebido em comunidades de economia colaborativa.

É pertinente ainda esclarecer que a SVA não se concentra na valoração e avaliação que ocorre dentro da psique de cada indivíduo, o que seria uma preocupação da psicologia cognitiva. Mas sim, em experiências e práticas, em ações que as pessoas investem determinado tempo, através de diálogos explícitos ou mesmo latentes com outros que geralmente situam-se dentro de repertórios culturais compartilhados (CAMIC; GROSS; LAMONT, 2011). Por esta perspectiva é possível observar que relações interpessoais que mesclam dinheiro e intimidade são articuladas pelos atores envolvidos e atravessadas por uma série de fatores que envolvem emoções, valores éticos, confiança, aspectos presentes nos comentários publicados no site Airbnb:

“A estadia no apartamento do Vinicius foi muito melhor que o esperado! O apartamento é muito bonito, aconchegante e tanto ele quanto seus pais foram extremamente solícitos e atenciosos.”; “A Stela foi muito atenciosa durante toda a estada”; “Clau e Caio foram OTIMOS hosts. A Clau é uma pessoa super fofa que nos recebeu tao bem, foi nossa primeira experiência com AirBnb e não poderíamos ter pedido por uma melhor. A casa é ótima e a localização boa. Os animais são muito tranquilos e ficam na deles.”; “O espaço da Susy é muito aconchegante e ela é uma anfitriã maravilhosa, chegou a me levar até no supermercado no primeiro dia!”; “A Mariana foi ótima, prestativa e super cuidadosa, tinha até uns snacks de boas-vindas”; “Adorei a estadia na casa dela, é uma pessoa muito simpática e agradável, muito solícita e atenciosa”; “Sem palavras para agradecer à Joana e seu esposo pela excelente estadia que nos foi proporcionada! Os anfitriões são muito simpáticos, prestativos e gentis”; “Adorei o gato da Ana, o ‘Leopoldo’ ele é querido de mais... há, e a Ana também”.²¹

Através de uma sociologia da Valoração e Avaliação presentes nos estudos de Viviana Zelizer (2009, 2010, 2011, 2013, 2017) é possível encontrarmos caminhos para discutir a intimidade e racionalidade econômica, pois em seu entendimento a mescla destes dois elementos gera efeitos recíprocos. Efeitos estes que estariam de alguma forma se materializando através das notas e das reputações de seus usuários em ferramentas de economia colaborativa? Também dentro de suas perspectivas poderíamos tecer considerações

²¹ Foram selecionadas aqui 12 avaliações de residências diferentes deixadas pelos hóspedes de um rol de 120 registros textuais coletados do site www.airbnb.com.br entre junho e agosto de 2017. Aplicamos três o filtros que delimitaram as residências escolhidas para análise quais sejam: “quarto inteiro” e “1 hóspede” e “Porto Alegre, RS, Brasil”.

como, por exemplo, de que forma as avaliações de hóspedes e anfitriões criam mecanismos de formação de reputação e desejabilidade dentro do Airbnb?

Contudo, um tópico que se encontra em debate na atualidade relacionado à Economia Colaborativa remete a questão da intimidade. Reportagens atuais presentes na grande mídia remetem aos relacionamentos dentro dos condomínios onde há locação de imóveis pelo Airbnb. Segundo estas matérias²² a circulação de pessoas estranhas em condomínios particulares criou um fato novo para estes conjuntos trazendo a tona um leque variado de discussões em relação a ofertas de residências particulares para locação por temporada.

Para fins de uma discussão neste sentido as análises sociológicas de Viviana Zelizer (2009)²³ remetem a um caminho no sentido de romper com as pré-noções e antagonismos que envolvem transações que se entrelaçam entre a pessoalidade (dos sentimentos, da intimidade) e impessoalidade (monetária, mercantil). E de que forma conduzem a isso? Através da percepção que as relações econômicas acontecem a partir das relações com os outros e, por sua vez, estão inseridas em determinado contexto de práticas sociais.

A ideia que dinheiro e intimidade são contraditórios aparece em várias discussões atuais como, por exemplo, sobre por que é válido uma empregada doméstica receber um salário pelas suas atividades e uma dona de casa não? Por que avós que desempenhem a mesma função de uma babá não poderiam ser pagos pelos seus serviços? Por que aceitamos a comercialização de seguros de saúde e não a comercialização de sangue ou órgãos humanos? E assim como tantos outros tópicos que geram (acaloradas) discussões. Há uma falha em se reconhecer que relações sociais que carregam consigo intimidade coexistem com transações monetárias. (ZELIZER, 2011).

Trazendo isso para nosso objeto de análise entendemos que este tipo de construção pode ser apreendida a partir das avaliações dos hóspedes publicadas no Airbnb após as suas estadias, pois como já observado em pesquisas recentes²⁴, mesmo que o aplicativo trabalhe

²² O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 26 DE MARÇO DE 2017 - PAG. 69. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170326-45085-nac-69-imo-ci03-not/busca/condom%C3%ADnios+Airbnb>> Acesso em: 26 dez. 2017

²³ É relevante comentar que o presente estudo procurará apropriar-se futuramente de um conjunto de teorias e práticas que remetem as abordagens sociológicas das trocas. Importantes trabalhos como os de Philippe Steiner (2016) auxiliarão na articulação da questão da intimidade abrindo espaço para noções de aproximação e distanciamento, definição e redefinição das trocas mercantis. Temos em mente também que o estado da arte deste debate precisará considerar as pesquisas sobre altruísmo, dons e trocas simbólicas a partir de autores essenciais nestas perspectivas como Emile Durkheim, Marcel Mauss e Pierre Bourdieu.

²⁴ Como o estudo “Airbnb e Seus Anfitriões: Empreendedorismo, Comércio e Colaboração na Economia de Compartilhamento” de Maria Elisabeth Goidanich.

com locação de propriedades por temporada, são muitas vezes as pessoas dos anfitriões que aparecem avaliadas na plataforma. Vejamos alguns exemplos de como os atores envolvidos em cenários trocas monetárias e intimidade podem articular estas interações:

André em julho de 2017: “Ambiente familiar. Ótimas acomodações, pessoas agradáveis e dispostas a ajudar inclusive com informações além do contratado”;
Fabiana em julho de 2017: Gente, o apartamento do Vinicius é lindo, espaçoso, tranquilo, cheio de detalhes que conferem muito aconchego e é super limpo e cheiroso. Ele e sua família são acolhedores, hospitaleiros, solícitos e dão privacidade e liberdade ao hóspede. Amei!!! Sinto vontade de voltar.”
Leo em agosto de 2017: “Felipe se mostrou bastante atencioso durante todo o tempo, e me ajudou com tudo o que precisei na cidade.”

É possível observar neste sentido que intimidade e racionalidade de fato podem gerar efeitos recíprocos quando envolvidas em uma transação e que estes efeitos não têm imperiosamente o caráter de desintegração dos laços sociais tal como propostos nos em argumentos que Zelizer (2011, p.34) vai chamar de “nada além de”. A linha de argumentação “nada além de” se divide em três princípios: nada além de racionalidade econômica, nada além de cultura e nada além de política. Para os reducionistas econômicos, tanto a amizade, a sexualidade, a relação entre pais e filhos são casos particulares de opção individual em busca de vantagens sob condições restritivas, em síntese, puramente racionalidade econômica. Para os reducionistas culturais as relações íntimas são expressões de crenças ou roteiros ideológicos, estes teóricos substituem eficiência, racionalidade e troca por significado, discurso e simbolismo, em casos mais extremos, esta visão entende as representações culturais como determinantes tanto do caráter da intimidade quanto da posição das transferências econômicas. Por fim, há os que insistam nas estruturas políticas coercitivas exploradoras, patriarcais e de poder. O problema nesta percepção não é o processo de comoditização, mas a coerção que estrutura as práticas (Zelizer, 2013).

Considerações finais

De modo geral, percebemos que quanto mais comentários positivos um anfitrião recebe no aplicativo de Economia Colaborativa Airbnb, maiores são suas chances de conquistar novas reservas. Cuidados e atenção ligados à finalidade receber uma boa avaliação dos hóspedes parecem ligados à construção da imagem dos anfitriões como o que se percebe através dos comentários e agradecimentos deixados pelos hóspedes na plataforma. Estas são algumas considerações possíveis e preliminares neste momento, contudo, este artigo trata-se

de um exercício inicial que servirá para categorização e posterior análise das informações colhidas em campo uma vez que aprofundamentos teóricos e práticos ainda se fazem necessários.

Ao explorarmos as avaliações dos usuários do Airbnb, como já é imaginado que aconteça quando iniciamos uma pesquisa, acabou se revelando um rico universo de estudo no que tange as relações humanas e as trocas. Neste sentido, acreditamos que a busca por respostas a partir de uma Sociologia da Valoração e Avaliação possibilitará um olhar atento quanto “às formas de difusão de modelos de organização social que sustentam tanto os sentidos do reconhecimento social quanto as próprias definições de valor social” (LAMONT, 2000, p.17). Por fim, apesar de ser muito cedo para alcançar possibilidades mais acuradas de respostas neste sentido, esta é uma tentativa inicial - e ainda parcial - de esclarecer este campo teórico, ao levantar questões, identificar problemas e fornecer elementos para discussões em um contexto sociológico. Nesta empreitada, caminhamos a partir de uma percepção que vem gradativamente ganhando forma e conteúdo e que poderia ser expressa nas palavras de Lévy (2013, p. 181) “parece que na economia virtual, ainda em via de construção, começa a se estabelecer uma espécie de equivalência entre dinheiro e atenção”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **A economia híbrida do século XXI**. In: Costa, E.; Augustini, G. De baixo para cima. Rio de Janeiro, dez. 2014. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/wp-content/uploads/2015/02/A-EconomiaH%C3%ADbrida_do-S%C3%A9culo-XXI_De-Baixo-paraCima_Abramovay_12_2014.pdf>. Acesso em: 2 agosto. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATALLER, Maria Alba Sargatal; BOTELHO, Maurilio Lima. O Estudo da Gentrificação. **Revista Continentes**, [S.l.], n. 1, p. 9-37, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/5>>. Acesso em: 04 fev. 2018.
- BELK, Russel. Sharing versus Pseudo-Sharing in Web 2.0. In **Anthropologist**. Vol. 18, pp 7-23. 2014. Acesso em 25 de Setembro de 2015
- BOTSMAN, R.; ROGERS, R. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
- CAMIC, C; GROSS, N; LAMONT, M. **Social Knowledge in the Making**. Chicago: Univ. Chicago Press, 2011.
- CAREGNATO R.C.A, Mutti R. Pesquisa qualitativa:11. **Análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm. 2006 Out-Dez; 15(4):679-84.

DAVIS, M. **Intimate Relations**. New York: Free Press, 1973

DIAS, G. **Economia colaborativa como um passo evolutivo** – Parte II. *Ideia de Marketing*. Economia. 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ideiademarketing.com.br/2015/07/24/economia-colaborativa-como-um-passo-evolutivo-parte-ii/>> Acesso em 8 jan. 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIEDMAN, G. Workers without employers: shadow corporations and the rise of the gig economy. *Elgaronline*, **Cambridge**, v. 2, n. 2, p. 171–188, fev. 2014. Disponível em: <<https://www.elgaronline.com/abstract/journals/roke/2-2/roke.2014.02.03.xml>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GANSKY, L. **The mesh: Why the future of business is sharing**. New York: Portfolio Penguin, 2010.

GUTTENTAG, D. Airbnb: disruptive innovation and the rise of an informal tourism accommodation sector. **Current Issues in Tourism**, v.18, n.12, 1192-1217, 2015.

HIRSCH, P; LEVIN, D. Umbrella advocates versus validity police: a life-cycle model. **Organization Science**, USA, v. 10, n. 2, p. 199 - 212, abr. 2012. Disponível em: <<http://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/orsc.10.2.199>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KARPIK, L. **Valuing the Unique: The Economics of Singularity**. Princeton: NJ Princeton Univ. Press, 2010.

LAMONT, M. **The Dignity of Working Men: Morality and the Boundaries of Race, Class, and Immigration**. New York: Harvard Univ. Press, 2000.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço e a economia da atenção in: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede: Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARKHAM, A. e BAYM, N. **Internet Inquiry: Conversations about method**. London: Sage, 2009

SCHOR, J. B. Debating the sharing economy. **Journal of Self - Governance and Management Economics**, v. 4, n. 3, p. 7-22, 2016. Disponível em: <<https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=430188>> Acesso em: 15 Ago. 2017.

SCHOR, J. B. et al. Paradoxes of openness and distinction in the sharing economy. **Poetics**, V. 54, p. 66- 81, 2016.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Tradução de João Peres; notas de edição Tadeu Breda, João Peres. São Paulo : Editora Elefante, 2017. Título Original: What's Yours Is Mine: Against The Sharing Economy.

SNOW D, A; MORRILL C; ANDERSON L. Elaborating analytic ethnography. **Ethnography**, v. 2, n. 4, pp. 181–200, 2003.

STEINER, Philippe. **Altruísmo, dons e trocas simbólicas**. São Paulo: Unesp, 2016, no prelo.

SUNDARARAJAN, A. **The sharing economy**: the end of employment and the rise of crowd-based capitalism. Cambridge: The MIT Press, 2016.

ZELIZER, Viviana A. Dualidades perigosas. **SciELO**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, mar. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100009&lng=en&nrm=iso.

ZELIZER, Viviana A. 2011. **A negociação da intimidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, n.32, p. 135-157, jan./jun. 2009.

ZELIZER, Viviana et al . A negociação da intimidade, dez anos depois: Entrevista com Viviana Zelizer. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 29, n. 1, p. 190-209, Jan. 2017 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000100190&lng=en&nrm=iso. access on 05 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125519>.

ZUCKERMAN, E. W. The categorical imperative: securities analysts and the illegitimacy discount, *Am. J. Sociol*; n. 104, pp. 1398–438, 1999.

A BLOCKCHAIN COMO DISPOSITIVO DE MERCADO: REFLEXÕES À LUZ DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Otávio Vinhas²⁵

Resumo: O presente trabalho propõe uma introdução ao estudo da tecnologia blockchain a partir dos aportes da Sociologia Econômica, com o objetivo de projetar os possíveis impactos desta nova ferramenta nas relações de confiança entre os indivíduos, sobretudo nas interações através da internet. Desta forma, parte-se do entendimento da blockchain como uma base de dados virtual distribuída e compartilhada entre os seus usuários, que serve como um repositório público de informações, caracterizado pela sua incorruptibilidade e irreversibilidade, a qual pode ser utilizada, por exemplo, para a circulação de moedas descentralizadas, guardar contratos auto executáveis e criar novos mecanismos de governança. O potencial desta ferramenta está diretamente ligado a cenários onde se tem como necessária a figura de um intermediário para assegurar a validade das transações em geral. Portanto, a partir da investigação das práticas econômicas dos agentes e das instituições de produção e de reprodução econômica, cultural e social, pretende-se compreender a lógica subjetiva de funcionamento da blockchain, no que tange à sua construção social, projetando suas consequências econômicas futuras.

Palavras-chave: blockchain; dispositivo de mercado; Sociologia Econômica

Abstract: The present work propose an introduction to the study of the blockchain technology following the Economic Sociology framework, aiming to project the possible impacts produced by this new tool on the trust relationships between individuals, mainly those established through the internet. In this way, we define blockchain as a virtual distributed ledger shared by its users, serving as a public repository of information, characterized for its incorruptibility and irreversibility, acting as a medium for the circulation of decentralized currency, availability of smart contracts and for the creation of new mechanisms of governance. We understand the potential of this tool is directly related to situations where typically there was an intermediary agent to secure the authenticity of transactions in general. Therefore, by investigating the economic practices of agents and institutions from the economic field, we aim to comprehend the subjective logic of blockchain's functioning, focusing on its social construction with the objective to project the future consequences caused by blockchain in the future of the economy.

Key-words: blockchain; dispositive of market; Economic Sociology

²⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

A crescente inserção de ferramentas tecnológicas no âmbito das dinâmicas sociais vem se constituindo, de modo cada vez mais notório, como objeto de debate no campo das ciências sociais. Observa-se, desde que o acesso à internet passou a ser comercializado, em meados da década de 1990, a ocorrência de transformações substanciais na configuração do social, como a modificação do modelo comunicacional, a intensificação do volume de interações entre indivíduos, bem como a consolidação do conhecimento como um dos principais ativos econômicos na sociedade, características essas que exacerbam a ideia de que testemunha-se uma “Sociedade da Informação” (CASTELLS, 2006).

Segundo Miskolci (2013, p. 277), a constante utilização de equipamentos conectados à internet permite a emergência de um “contínuo *on-offline*”, isto é, uma maneira de enxergar e vivenciar a realidade em sociedade como um fenômeno sobretudo interrelacionado às relações desenvolvidas por meio de plataformas presentes no mundo digital. Nesse sentido, entende Lupton (2014), que a inevitável convergência entre os modelos de comunicação digital e a maneira como construímos e mantemos as nossas relações, fez com que os temas enfrentados pela sociologia passassem a estar conectados diretamente com os diversos campos de estudo com foco nas novas tecnologias. Assim, entende-se que uma abordagem transdisciplinar, envolvendo os campos da sociologia da informática e do direito, torna-se oportuna para compreendermos esse fenômeno tecnológico.

Veiculando esta perspectiva com o campo da Sociologia Econômica, concentramo-nos, no sentido proposto por Leite e Sartore (2017), em abordar o advento da blockchain como um dispositivo de mercado, capaz de ser revelado, através de um olhar à sua gênese, o contexto no qual foi criado, bem como os seus potenciais efeitos na sociedade, de acordo com a sua lógica operacional. Consoante a isso, concebemos a blockchain como uma ferramenta sociotécnica objetivada à descentralização das relações sociais, embora tal acepção não seja absoluta, uma vez que, por se tratar de uma tecnologia, a sua estrutura poderá estar sujeita à influência dos processos sociais que a circundam.

A consolidação da nova sociologia econômica como um subcampo das Ciências Sociais

A disciplina da sociologia econômica visa, de modo geral, aplicar o arcabouço teórico-metodológico próprio do campo da Sociologia aos fenômenos atribuídos à atividade econômica, como mercados, empresas e sindicatos, bem como às formas de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos (SMELSER & SWEDBERG, 2005). Originada nas obras de autores clássicos, como Marx, Weber, Durkheim e Simmel, o seu campo inicial de pesquisa era delimitado por dois tipos de objetos: a) a identificação de contextos sociais responsáveis por coagir ou influenciar determinadas ações econômicas; b) a projeção do campo da economia a temas de natureza social ignorados pelos próprios economistas (ZELIZER, 2013).

Historicamente, os economistas clássicos e neoclássicos desfrutaram de certa autonomia epistemológica na explicação das formas de organização e de ação dos indivíduos frente a contextos caracterizados pela escassez de bens e recursos. Partindo de pressupostos psicológicos, os economistas *mainstream* invocavam o predomínio da racionalidade humana como uma dimensão alheia à influência de normas e instituições sociais. Dessa forma, o humano era concebido como um ser conduzido pelo seu auto interesse, capaz de premeditar plenamente as suas ações, na tentativa de obter o máximo de satisfação dentro de um contexto plenamente (SMELSER & SWEDBERG, 2005; ZELIZER, 2013).

Observa-se que o processo de autonomização das disciplinas científicas, desenvolvido a partir do método cartesiano, embora tenha conferido sucesso à ciência moderna, pode ser visto hoje como uma forma de reducionismo (CAPRA, 1995). De acordo com Rodrigues, Neves e Dos Anjos (2016), a fragmentação do conhecimento não pode ser entendida como algo “dado na natureza”, mas uma construção social teórica sobre a realidade empírica. Nesse sentido, os autores corroboram o parecer de Smelser e Swedberg (2005) sobre o estado da sociologia, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. De acordo com eles, a complexidade do fenômeno social, aliada à falta de consenso entre as diversas perspectivas teórico-metodológicas propostas pelos sociólogos, contribuiu para a fragilização da sociologia. Consoante a isto, a sociologia econômica sofreu um declínio a partir da década de 1920 — no período pós 1ª Guerra Mundial —, vindo a recuperar a sua relevância apenas nos anos de 1980, mesmo a despeito das contribuições de Parsons, Polanyi e Schumpeter neste período.

O evento que marca o revigoramento da sociologia econômica foi a publicação do artigo “Ação Econômica e Estrutura Social” por Granovetter em 1985. No texto, o autor estadunidense apresenta o seu conceito de *embeddedness* (imersão), desenvolvido a partir de uma crítica ontológica às concepções do campo econômico constituído pelas ciências sociais até então (ABRAMOVAY, 2004). Nesse sentido, Granovetter (1985) afirma que o pensamento desenvolvido, tanto por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, bem como por economistas, pressupõe uma visão atomizada da ação humana. De acordo com ele, esta abordagem incorre, por um lado, na subsocialização dos atores, rejeitando o impacto da estrutura social e das relações sociais, enquanto por outro, na supersocialização dos atores, caracterizando-os como sujeitos passivos em relação a diretrizes normativas e valorativas interiorizadas por meio da socialização. Ambas as abordagens, segundo Granovetter, ignoram a imersão dos atores em sistemas concretos e contínuos de relações sociais em rede.

Conforme sustenta Zelizer (2007), a partir da renovação das suas ideias na década de 1980, o campo da sociologia econômica modificou o seu papel de atuação, convertendo-se de uma disciplina crítica ou complementar aos economistas neoclássicos para se tornar um campo rico e autônomo. Sob essa perspectiva, a autora destaca quatro novas temáticas que passaram a se constituir como objeto de estudo da sociologia econômica: a) o fenômeno de mercados múltiplos (financeiro, consumerista, de cuidados pessoais, informal; b) a cultura empresarial; c) a produção e reprodução econômica de desigualdades, principalmente a de gênero; d) as residências como locais de atividade econômica intensa. Nesse sentido, Smelser e Swedberg (2005) apontam que a consolidação da chamada “Nova Sociologia Econômica” ocasionou o surgimento de abordagens teórico-metodológicas concorrentes no subcampo, destacando autores como Pierre Bourdieu, Michel Callon e Viviana Zelizer.

A aproximação de Bourdieu (2000) ao campo econômico consiste em compreendê-lo a partir do seu conceito de *habitus*. Assim, o autor afirma que o conjunto de disposições que fundamentam os limites e as possibilidades intrínsecas do agente — como as regulações dos mercados —, aparecem como o resultado da história coletiva própria do campo econômico, cuja gênese é formada a partir de uma narrativa histórica, a rigor dos encontros e conflitos entre as subjetividades dos agentes econômicos em jogo.

Michel Callon (2006; 2008), por sua vez, utiliza a teoria do ator-rede para destacar o efeito performático dos mercados, na busca de estabelecer parâmetros não-substancialistas para descrever a agência em movimento. Nesse sentido, a corrente desenvolvida por ele, em

conjunto com outros pesquisadores, como Bruno Latour e John Law, busca interpretar os eventos da natureza social — na qual está inserida a economia — através da tradução de redes sociotécnicas, formadas contingentemente por elementos heterogêneos. Dessa forma, Callon entende que um determinado ator, sendo este humano ou não-humano, pode performar um papel ao invés de simplesmente reproduzi-lo, na medida em que a sua posição em uma rede depende do contexto no qual encontra-se inserido.

A sociologia econômica de Zelizer se destaca pela sua abordagem cultural aos fenômenos socioeconômicos, incorporando o entrelaçamento entre aspectos próprios da economia com as dinâmicas intersubjetivas presentes nas relações sociais (SMELSER & SWEDBERG, 2005). Segundo ela, a constituição do modo pelo qual indivíduos realizam operações como trocas, empréstimos, investimentos e doações envolve a atribuição de significados específicos dentro de um contexto relacional e que, portanto, encontra-se inserida em uma dinâmica cultural. A autora argentina se destaca por introduzir pesquisas que refletem sobre o sentido valorativo atribuído ao dinheiro em diferentes esferas, como a familiar. A partir disso, Zelizer reflete em torno das particularidades da vida íntima e os seus impactos na atribuição de diferentes significados ao dinheiro (ZELIZER, 2013).

Expostos alguns dos desenvolvimentos teórico-metodológicos construídos pela sociologia econômica, principalmente ao longo das últimas três décadas, conclui-se que a consolidação da disciplina como um campo efetivamente autônomo, principalmente em relação à economia — a despeito da proximidade entre ambas —, acompanhou uma expansão das suas temáticas de análise.

Apontamentos sobre a constituição da Blockchain

A blockchain pode ser definida como uma base de dados virtual distribuída e compartilhada entre os seus usuários, servindo como um repositório público de informações, caracterizado pela sua incorruptibilidade e irreversibilidade, a qual pode ser utilizada, por exemplo, para a circulação de moedas descentralizadas, guardar contratos auto executáveis, criar novos mecanismos de governança, bem como para modelar sistemas de participação democrática (WRIGHT & DE FILIPPI, 2015).

A aplicação mais conhecida que envolve a utilização da blockchain é a bitcoin. As moedas virtuais, de forma geral, necessitam de um livro de registros para guardar os rastros das transações efetuadas nas redes, situação na qual a blockchain atua, proporcionando um

ambiente descentralizado para a realização de trocas e de autenticações, no qual cada nó (usuário) da rede possui um registro cronológico próprio de todas as movimentações já ocorreram até então. A bitcoin, assim, é gerada a partir da prática conhecida como *mining*, que é o ato quando um voluntário disponibiliza a própria máquina para processar e autenticar os registros de transferência feitos por outros usuários na blockchain. Dessa forma, a bitcoin é criada como uma recompensa àquele que disponibilizou a energia do seu computador para autenticar operações efetuadas por terceiros. Portanto, a bitcoin vem a ser uma moeda criptográfica que circula nas redes digitais descentralizadas da blockchain (SWAN, 2015).

Conforme Don e Alex Talpscott (2015), entendemos que o processo responsável por minerar (gerar) bitcoins é consequência da arquitetura descentralizada da blockchain. Nele, a cada dez minutos, todas as transações realizadas neste espaço de tempo são verificadas e registradas seguindo a sequência dos blocos criados anteriormente, criando assim uma cadeia. Ainda de acordo com os autores, o aspecto que torna a blockchain uma tecnologia irreversível e incorruptível é o fato de que todas as movimentações registradas apenas o foram mediante o consenso de toda a rede, uma vez que, anonimamente, qualquer usuário tem acesso às operações dos outros. Assim, para que fosse possível fraudar o sistema, seria necessário reescrever não apenas a operação de um bloco, mas todo o histórico de transações já registrado na blockchain desde o seu princípio.

O criador da blockchain, conhecido apenas pelo pseudônimo “Satoshi Nakamoto”²⁶, teve o intuito de justamente propor um sistema cuja arquitetura pudesse, por si própria, garantir a segurança das transações, eliminando a necessidade de se estabelecer uma relação de confiança entre pessoas ou instituições nas relações de troca. A solução encontrada por Nakamoto foi a de programar um código baseado no protocolo *peer-to-peer*²⁷, que fosse capaz de produzir, em tempo real, provas criptográficas de todas transferências efetuadas por meio da ferramenta (NAKAMOTO, 2008).

Seguindo essa lógica, o principal efeito da blockchain no cenário socioeconômico atual é a eliminação da necessidade de um intermediário para garantir a autenticidade das

²⁶ Não se descarta a possibilidade de que a blockchain pode ter sido criada por um grupo de hackers anônimos.

²⁷ Conforme DeNardis, o protocolo *peer-to-peer* (p2p) é um padrão de funcionalidade que permite o compartilhamento de arquivos na internet. A sua lógica consiste em dividir arquivos em diversos fragmentos, de forma que, quando um usuário inicia o download de um determinado arquivo, o seu computador se conectará aos de outros usuários distribuídos na rede, de forma que cada um destes fornecerá um dos fragmentos do arquivo completo. Ao fim do download, as partes são reorganizadas (DENARDIS, 2014, p. 63).

transações, ou seja, com o advento da blockchain, o papel de instituições como bancos e governos torna-se obsoleto (TALPSCOTT & TALPSCOTT, 2015). Nesse sentido, conforme Wright e De Filippi (2015), a substituição de organizações tradicionais por softwares promoverá a descentralização nas estruturas das relações sociais, cenário no qual os indivíduos passarão a obter maior privacidade e autonomia para constituir laços e realizar contratos. Todavia, a blockchain gera diversos desafios regulatórios, abrindo a possibilidade para que, futuramente, autoridades governamentais façam uso de mecanismos legislativos para limitar o acesso ou o uso da tecnologia, com o objetivo de amenizar os seus efeitos descentralizadores (Idem). Afinal, conforme DeNardis (2014) relata a respeito da construção e da governança da internet, a configuração arquitetônica de uma tecnologia possui implicações políticas, passíveis de influências diretas das esferas de poder.

Em suma, a partir de Melanie Swan, podemos afirmar que a blockchain é uma planilha gigantesca, capaz de registrar digitalmente qualquer tipo de transação entre usuários fisicamente localizados em qualquer parte do mundo, podendo ser utilizada para fins notariais, financeiros e econômicos. A autora entende a blockchain como uma tecnologia revolucionária, na medida em que provoca um novo paradigma nas relações sociais, caracterizado, essencialmente, pela descentralização proporcionada pelo anonimato e pela garantia de confiança nas transações (SWAN, 2015).

Blockchain: uma visão a partir da sociologia econômica como dispositivo

A constituição da blockchain como objeto de estudo pela sociologia é defendida por Gregory Sandstorm (2017). Segundo ele, a blockchain pode representar o objeto de pesquisa, relacionado às tecnologias digitais, mais complexo já visto até então. Assim, surge um vasto e inédito campo para experimentação das teorias sociológicas, uma vez que, ainda sob os termos do autor, a adoção de dispositivos baseados na blockchain será inevitável a todos os usuários da internet em um futuro próximo.

A proposta utilizada para descrever a blockchain, a partir da sua gênese, fundamenta-se nos estudos da Sociologia Econômica, pressupondo, assim, a sua concepção como um agente econômico, focando na investigação das práticas econômicas dos agentes e das instituições de produção e de reprodução econômica, cultural e social, vindo a assinalar o agente como resultado de uma construção social. Bourdieu (2000) aproxima essa noção ao seu conceito de *habitus*, relatando que a eficácia simbólica e as regulações dos mercados

aparecem como o resultado da história social do seu campo, de acordo com os embates causados por conflitos de interesses entre os diferentes agentes que o compõe. Nesse sentido, Abramovay (2004) afirma que a sua compreensão do mercado deve estar direcionada à subjetividade dos agentes econômicos, entendida a partir do resgate da sua narrativa histórica, de modo a identificar “as suas formas de coordenação, as representações mentais a partir das quais se relacionam uns com os outros, à sua capacidade de obter e inspirar confiança, de negociar, fazer cumprir contratos, estabelecer e realizar direitos”. Assim, a racionalidade dos indivíduos encontra-se limitada pela estrutura social representada por um determinado contexto de mercado.

Aponta-se, a partir dessa lógica, que a esfera de liberdade conhecida pelos indivíduos é mediada por dispositivos²⁸, ou seja, ferramentas institucionais que “conformam o mundo, organizando as fronteiras e os formatos dos campos, fóruns, arenas ou redes dentro das quais os atores interagem e coordenam suas ações” (NIEDERLY & RADOMSKY, 2017). A partir disso, observamos a aplicação do conceito a blockchain, na medida em que essa, por suas configurações específicas já expostas, possui o potencial de transformar a dimensão prática e simbólica dos mercados.

Um dispositivo de mercado pode ser visto de acordo com o seu efeito prático na configuração das realidades sociais, sejam estas descritas na forma de estruturas simbólicas, de redes de agenciamento, de jogos de interação, de ferramentas para a produtividade, bem como na forma de instrumentos de dominação. Niederly e Radomsky (2017), incorporando essas diversas ontologias, classificam os dispositivos de mercado conforme a sua capacidade de dinamizar ações e criar realidades sociotécnicas. No sentido proposto pelos autores, os dispositivos são moldados de acordo com as práticas sociais apreendidas. Dessa forma, constitui-se uma interligação interacional, na qual as sociedades são recursivamente influenciadas pelos sentidos, subjetividades e identidades produzidas pelos algoritmos.. Nesse sentido, conforme Lupton (2015), os dispositivos tecnológicos estão intimamente ligados à maneira como nos identificamos e agimos como indivíduos. Assim, seguindo Swan e De Fillipi (2017), a blockchain é uma ferramenta capaz de fundar bases para

²⁸ Observa-se que a existência de dispositivos de mercado na internet originou-se a partir crescente aproximação entre a capacidade processual dos algoritmos e os seus respectivos usuários se desenvolveu em harmonia com o advento da *Web 2.0* ou, conforme classificam Santos e Cypriano (2014), a segunda geração da internet. Esta, segundo os autores, caracteriza-se pela constante participação dos usuários que, estimulados pela plataforma de interação, produzem continuamente conteúdos na rede, a partir de relações de trocas e compartilhamentos.

a constituição de uma nova realidade, à medida que não se trata apenas de um novo dispositivo, mas de um novo tipo de dispositivo.

Observa-se, conforme Talpscott e Talpscott (2015), que a gênese da blockchain, neste caso, está associada aos valores libertários que fundaram a internet, os quais, à época, foram traduzidos e implantados no modo de funcionamento dos seus protocolos fundamentais. De acordo com os autores, observamos que a blockchain pode ser vista como a continuação do embate acerca dos princípios morais que regem as relações na internet, cenário no qual a sua emergência se dá no sentido de atuar contra a centralização das redes digitais por empresas e governos, fenômeno que se agravou ao longo dos últimos anos. Ou seja, o sentido subjetivo atribuído à ferramenta possui a capacidade de influenciar ou mesmo de transformar o contexto social no qual as relações de troca e de confiança estão inseridas. Consoante a isso, que a blockchain - entendendo-a como um dispositivo capaz de proporcionar transações seguras, sem que para isso seja necessária a mediação por uma instituição -, pela sua característica de promover transações anonimizadas, cuja segurança informacional independe da mediação por instituições tradicionais, atua como um dispositivo capaz de descentralizar profundamente as relações sociais. Nesse sentido, JUN (2018) acredita que existem três tipos de dispositivos de confiança criados ao longo da história: a) o sistema de reputação; b) o estado, incluindo a burocracia estatal; c) a blockchain. O autor coreano entende que a blockchain pode emergir como uma tecnologia revolucionária capaz de inaugurar uma nova categoria no que se entende sobre o conceito de “confiança”.

Considerações finais

As transformações geradas pelas tecnologias digitais emergem cada vez mais como fenômenos profundamente fecundos para a realização de investigações no campo da sociologia. Nesse sentido, a abordagem de uma perspectiva transdisciplinar faz-se estritamente necessária para que se possa compreender como as relações entre as ferramentas tecnológicas e as dinâmicas sociais são, a todo momento, reconstituídas.

O objetivo deste trabalho foi abordar a blockchain de acordo com aportes do campo da Sociologia Econômica, principalmente nos aspectos que circundam as relações de confiança, de modo a introduzir o estudo sobre essa ferramenta no campo sociológico que, diferentemente de outras áreas do conhecimento, como as relacionadas à informática e até mesmo o direito, ainda não possui um número significativo de pesquisas.

Apontou-se, ao longo do trabalho, que a influência e a representação da blockchain na sociedade pode ser entendida a partir do conceito de dispositivo de mercado, em que através da construção da sua gênese, podemos buscar os elementos subjetivos que constituem a base de seu funcionamento, de modo a projetar a sua influência nas dinâmicas do sociais contemporâneas.

Por fim, como um estudo ainda em fase introdutória, entendemos que a temática apresentada ao longo deste trabalho pode servir como um campo pertinente para a elaboração de pesquisas futuras na área da sociologia. De acordo com a literatura consultada, pode-se concluir pela necessidade de observar continuamente os desdobramentos políticos, sociais e econômicos potencialmente emergidos em razão do advento da blockchain.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo – mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v.16, n.02, p. 35-64, nov, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262889/mod_resource/content/2/Abramovay-Mercados.pdf>. Acesso em 02/08/20187.
- BOURDIEU, Pierre. **A estruturas sociais da economia**. Porto: Campos das Letras, 2000.
- CALLON, Michel. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**. Porto Alegre, vol. 19. jan-jun, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000100013>. Acesso em 29/04/2018.
- CALLON, Michel. What does it mean to say that economics is performative?. **CSI Working Papers Series 005**, 2006. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00091596/document/>>. Acesso em 29/04/2018.
- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 14ª ed, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DENARDIS, Laura. **The Global War for Internet Governance**. New Haven and London: Yale University Press. 2014.
- FILIPPI, Primavera De; HASSAN, Samer. Blockchain technology as a regulatory technology: From code is law to law is code. **First Monday**. Chicago, vol. 21, nº 12. dez, 2016 Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/7113/5657>>. Acesso em 02/08/2018.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, jan-jun, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1>>. Acesso em 28/04/2018.

JUN, MyungSan. Blockchain government - a next form of infrastructure for the twenty-first century. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 2018, 4:7. Disponível em: <<https://jopeninnovation.springeropen.com/articles/10.1186/s40852-018-0086-3>>. Acesso em 02/08/2018.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. [S.l.]: Routledge, 2015.

NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. 2008. Disponível em: <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>. Acesso em 02/08/2018.

NEVES, Fabrício Monteiro; FILHO, Hélio Afonso de Aguiar. O Acoplamento entre Sociedade e Economia: a Teoria dos Sistemas nas contribuições de Talcott Parsons e Niklas Luhmann. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, vol. 2, nº 1, p.138-167, jan./jun, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/6387>>. Acesso em 02/08/2018.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Quem governa por dispositivos? A produção das normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil. **Tomo**. Aracaju, nº 30, jan-jun, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166200/001046449.pdf?sequence=1>>. Acesso em 02/08/2018.

TALPSCOTT, Don; TALPSCOTT, Alex. **Blockchain Revolution: How the technology behind bitcoin is changing money, business, and the world**. New York: Penguin Random House LLC, 2016.

SANDSTORM, Gregory. Who Would Live in a Blockchain Society? The Rise of Cryptographically-Enabled Ledger Communities. **Social Epistemology Review and Reply Collective** 6, nº, 5, 2017, pp. 27-41. Disponível em: <https://www.academia.edu/33551651/Who_Would_Live_in_a_Blockchain_Society_The_Rise_of_Cryptographically-Enabled_Ledger_Communities_1>. Acesso em 02/08/2018.

SANTOS, Francisco Coelho dos; CYPRIANO, Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 29, pp. 63-78, 2014.

SARTORE, Marina de Souza; LEITE, Elaine da Silveira. Desconstruindo os dispositivos dos mercados: aportes da Sociologia Econômica. **Tomo**. Aracaju, nº 30, jan-jun, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/6708/5475>>. Acesso em 15/10/2017.

SWAN, Melanie. **Blockchain: Blueprint for a New Economy**. Sebastopol, Calif: O'Reilly Media, 2015.

SWAN, Melanie; DE FILIPPI, Primavera. Toward a Philosophy of Blockchain: A symposium. **Metaphilosophy**, vol. 48, nº 5. out, 2017. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/meta.12270/pdf>>. Acesso em 15/10/2017.

WRIGHT, Aaron; DE FILIPPI, Primavera. **Decentralized Blockchain Technology and the rise of *Lex Cryptographia***. mar, 2015. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2580664>>. Acesso em 01/08/2018.

ZELIZER, Viviana. **Economic lives: how culture shapes the economy**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

ZELIZER, Viviana. Past and Futures of Economic Sociology. **American Behavioral Scientist**, vol. 50, n° 8, abr, 2007. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0002764207299353>>. Acesso em 28/04/2018.

Cacerolazos²⁹ na argentina: a cobertura midiática que desafia a teoria.

Guillermo Omar Orsi³⁰

Resumo: O presente artigo analisa a cobertura da mídia corporativa argentina, representada pelo maior jornal do país, o Clarín, sobre o mais relevante dos eventos de protesto do ciclo de Cacerolazos (manifestações antigovernistas) acontecido entre 2012 e 2014. Os Cacerolazos foram um ciclo de protestos que mobilizaram fundamentalmente as classes médias urbanas em rechaço ao governo da Cristina Fernández, mas que não apresentaram uma pauta central, a qual possibilitasse uma resposta do governo. O 8N, nome com o que ficou conhecido o protesto mais importante do ciclo por acontecer no dia 8 de novembro (de 2012), mobilizou mais de um milhão de pessoas ao longo do país e ocorreram, também, protestos simultâneos em diversas partes do mundo. A novidade para o cenário dos movimentos sociais argentinos foi a organização dos eventos, principalmente nas redes sociais (Facebook), sem a presença oficial de estruturas organizativas, como partidos políticos ou sindicatos, tipicamente os maiores articuladores de mobilizações no país.

Palavras-chave: mídia Corporativa, mobilizações sociais, redes sociais.

Abstract: This article analyzes the coverage of the Argentine corporate media, represented by the country's largest newspaper, Clarín, on the most relevant events of the Cacerolazos cycle (anti-government demonstrations) that took place between 2012 and 2014. The Cacerolazos were a cycle of protests who mobilized mainly to the urban middle classes in rejection to the government of Cristina Fernandez, but that did not present a central tariff that would enable a response of the government. The 8N, known as the most important protest of the cycle, to be held on November 8 (2012), mobilized more close to one million people throughout the country and simultaneous protests took place in several parts of the world. The novelty for the scenario of the Argentine social movements was the organization of events mainly on social networks (Facebook) without the official presence of organizational structures, such as political parties or trade unions, typically the largest articulators of mobilizations in the country.

Keywords: Corporative media, social mobilizations, social networks.

²⁹ Panelaço.

³⁰ Licenciado em Ciência Política formado na Universidade de Buenos Aires. Mestre em Sociologia Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa movimentos sociais e mídia.

Introdução

Nas ciências sociais têm se apontado duas visões sobre a relação entre a mídia corporativa³¹ e os protestos ou manifestações sociais, as quais a mídia nunca contribui no sucesso das manifestações.

A controvérsia teórica situa-se no entendimento da função da mídia para as principais referências do campo de estudo de movimentos sociais, que tendem a identificar na mídia um inimigo, mais do que um aliado dos movimentos/protestos ou um espaço que pode ser atingido pelos movimentos, se são adotadas as estratégias certas. Para alguns a mídia corporativa aparece centralmente como um adversário dos movimentos sociais (LEAL, 2005; MORAES, 2013) e para outros, como um espaço parcialmente permeável aos interesses dos movimentos e que pode ser ocupado por eles, se utilizados os métodos corretos (FRANCO LERRER, 2005; KENNETH; CAREN, 2010; MIGUEL, 2002).

No presente trabalho, procura-se identificar qual foi o papel desempenhado pela mídia argentina (particularmente o jornal Clarín³²) durante o ciclo de manifestações conhecido como Cacerolazo, que teve lugar neste país entre os anos de 2012 e 2014, entendendo que as visões predominantes no campo não conseguem dar conta dos acontecimentos argentinos.

A visão adotada neste trabalho, então, nos aproxima dos poucos autores que têm se questionado se haveria outra agência possível para a mídia. Entre eles um aspecto importante que adquire destaque é o papel das mídias como protetoras do status quo, dos interesses das classes dominantes e, portanto, vinculadas a ideologias de direita ou conservadoras. Segundo alguns autores, isso aconteceria de um lado, porque os donos dos veículos orientam-se por seus interesses empresariais e de outro, haveria uma pressão das empresas que financiam o veículo mediante os anúncios publicitários. (DE LIMA, 2015; GAGO, 2014; RAMONET, 2013).

Consideramos também a visão do Koopmans (2004) e do Baylor (1996) que apresentam os comportamentos midiáticos como fruto do próprio funcionamento das mídias e não como resultado de uma decisão ou intencionalidade dos atores. Assim, conforme Koopmans (2004, p. 380), a defesa do status quo acontece naturalmente no veículo midiático, visto que são apropriadas certas “rotinas midiáticas”, “valores midiáticos” e a “cultura editorial”, que conduzem a cobertura dos eventos para as falas “autorizadas” ou institucionais (políticos, sindicalistas, polícia etc.)³³. Enquanto que Baylor (1996) adiciona uma terceira dimensão, a do “sentido comum” ou “preconceito”, que os jornalistas (e a mídia) possuem e que faz com que enquadrem os acontecimentos de determinadas formas, outorgando para

³¹ Entendendo-se por mídia corporativa “os jornais e revistas de maior circulação, bem como, sobretudo, as concessões de rádio e televisão controladas por grandes capitais” (NOGUEIRA PRADO, 2014).

³² Que é o de maior divulgação no país.

³³ Todas as citações foram traduzidas para o português pelo autor.

alguns temas uma centralidade maior do que a merecida e ignorando outros. É interesse do trabalho atender também essas questões e mostrar como, e se, elas agiram no contexto dos Cacerolazos argentinos.

O modelo de análise utilizado na presente pesquisa propõe que, em certos casos (como os Cacerolazos), a mídia corporativa opositora age direta e indiretamente sobre a sociedade na defesa e legitimação das mobilizações. O presente artigo surge do trabalho da minha dissertação de mestrado³⁴ e analisa com base na visão predominante, colocada acima, a cobertura midiática feita pelo jornal argentino Clarín sobre o pânico acontecido no dia 8 de novembro de 2012, considerando para isso as matérias produzidas do dia 9 ao dia 13 de novembro de 2012, nas quais se fez referência ao evento. A extensão do período de análise corresponde à concentração de matérias relativas à manifestação, que começam sumir do jornal a partir dos quatro dias seguintes ao seu acontecimento.

A análise parte das dimensões teóricas que Kaibin Xu (2013) aponta para o estudo da cobertura midiática de protestos. São trazidas aqui somente as matérias mais representativas para cada uma das dimensões da teoria que o jornal produziu sobre o evento em cada edição. A totalidade das matérias encontradas não é colocada aqui por questões de espaço, mas encontra-se na referida dissertação.

A escolha de Xu (2013) dentre os vários autores que analisam o papel “negativo” da mídia frente aos protestos diz respeito à clareza com a qual o autor lista as diferentes dimensões que contribuem à visão midiática dos protestos.

As dimensões teóricas diante das publicações do Clarín

Para a análise da interpretação da mídia sobre os manifestantes e a manifestação no período pós-evento (que abrange os conteúdos veiculados entre os dias 9 e 13/11/2012), foram utilizadas as dimensões propostas do trabalho de Xu (2013) que procura explicar a forma como a mídia se relaciona com o protesto social. Para Xu (2013), as manifestações são enquadradas, em maior ou menor grau, negativamente pela mídia, e as dimensões desenvolvidas no seu estudo refletem o confronto da mídia com as mesmas, coincidindo com a maior parte das análises teóricas sobre essa relação.

É uma classificação desenvolvida sob o pressuposto de que a mídia possui um “*protest paradigm*” (DETENBER; GOTLIEB; MCLEOD; MALINKINA, 2010; WOLF, 1999; XU, 2013) que leva a enquadramentos midiáticos negativos, e funciona como um mecanismo social de controle que debilita a influência dos protestos sociais na opinião pública. Como efeito do “paradigma do protesto”, a cobertura midiática esquece as condições sociais que deram origem e fundamentaram a mobilização ou protesto para se focar unicamente no evento (XU, 2013). Essa aproximação teórica representa a visão predominante sobre a forma como a mídia cobre os protestos sociais. Mesmo que a nossa proposta desafie estes pressupostos, é importante utilizá-la porque, primeiramente, representa um guia detalhado sobre os pontos

³⁴ Ativismo midiático: a atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolazos argentinos – o caso do 8N. UFRGS, 2017. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/170395.

que devem ser considerados e, em segundo lugar, somente ao utilizá-la poderemos sustentar que o caso estudado não se adapta a esse enquadramento teórico.

Nesse sentido, as matérias sobre a manifestação serão avaliadas nas seis dimensões apontadas por Xu (2013): ilegalidade/baderna, performance, inefetividade das demandas, desaprovação pública, fontes oficiais e impacto negativo.

A primeira dimensão, a ilegalidade, diz respeito ao destaque dado pela mídia à relação entre os manifestantes e a polícia, e a violência ocorrida (ou potencial) entre eles. Para Xu (2013), a cobertura da violência acontece inclusive quando somente uma parte reduzida dos manifestantes exerce algum tipo de ato violento, esquecendo-se a maioria dos manifestantes que tendem a atuar pacificamente. A ênfase no conflito com a polícia teria a função de esconder o real conflito expresso pela manifestação (o efetivo alvo do protesto). Esse enquadramento também costuma definir os manifestantes como “buscadores de problemas” ou anarquistas, e a polícia, como responsável, mantenedora da ordem e reagindo à violência dos manifestantes. Assim, associando manifestações à ilegalidade e à baderna, os enquadramentos midiáticos atuam diretamente na deslegitimação pública das manifestações.

No Cacerolazo a legalidade do evento não foi questionada pelo jornal, que desde o dia 9 destacou o evento como “mobilização popular”. O sentido dado à palavra “popular” está próximo dos conceitos de “cidadãos” ou “povo”, todos carregados positivamente, longe dos conceitos de “baderneiros”, “piqueteiros” ou “militantes”, usados em outras manifestações. Enquanto a “ilegalidade ou baderna”, ligada às possíveis ameaças à ordem social, assim como comportamentos violentos e conflito com a polícia, não foram noticiados pelo veículo. O único ato violento reconhecido (ataque contra jornalista do C5N) é apontado como um fato isolado, dando maior importância para as maiorias pacíficas.

A cobertura do evento começa na capa do dia 9, onde é colocado que: “centenas de milhares de pessoas se mobilizaram pacificamente nas principais cidades”. No editorial desse dia, escrito por Ricardo Roa, em negrito, foi ressaltado que todos os manifestantes compareceram **pelos próprios meios** (a crítica direta refere-se à mobilização partidária acusada de “levar” os “pobres/militantes” em ônibus), e levaram cartazes caseiros. Posteriormente em uma das matérias foi reforçada essa ideia: “sem lideranças, sem espaços físicos de organização e sem dinheiro”, ressaltando a importância da organização nas redes sociais (*Facebook e Twitter*).

Ainda no dia 9, Marcos Novaro, autor de uma coluna, aponta que os manifestantes “se esforçaram para evitar os insultos e desqualificações” que, conforme sua visão, foram o foco da análise da mídia oficial nos eventos anteriores³⁵, mas, mesmo assim, ainda de forma marginal. Aponta, também, que os manifestantes “fizeram fracassar a polarização induzida pelo governo”. Nesses trechos o jornal coloca a incitação à violência, não nos manifestantes, e sim no governo nacional.

³⁵ Lembre-se que o painel de 8 de novembro foi o evento de maior destaque dentro de um ciclo de mobilizações mais amplo.

No dia 10, o jornal publica uma matéria onde é referido o posicionamento de ADEPA e FOPEA³⁶, que rechaçaram a agressão sofrida pelo jornalista de C5N. Novamente o jornal põe em destaque a participação “cidadã” nas redes sociais, desvinculadas da política partidária.

Já no dia 11, há uma notícia de página completa, assinada por Santiago Fioriti, que descreve os manifestantes como pacíficos. O foco da matéria é uma enquete que indicaria a grande porcentagem de votantes de Cristina que estiveram presentes no protesto. Ali são expostos vários posicionamentos de diversas consultoras de opinião, focadas na imagem da presidente. No mesmo dia há, também, um artigo de dupla página escrito pelo político opositor (ao governo federal) Júlio Bárbaro, no qual analisa o Cacerolazo, atribuindo às ações do governo o sucesso da manifestação: “o governo reagiu (à mobilização anterior) sem grandeza e as cadeias (rede nacional) acabaram incitando outra mobilização”. Bárbaro conclui que “o autoritarismo não tem ideologia e, aliás, não é do gosto do nosso povo” (o autor repete a frase já expressa na sua coluna do dia 10 de outubro de 2012, anterior à mobilização).

Continuando com a cobertura do evento, no dia 12 é noticiada a reportagem do protesto feita pelo programa televisivo “PPT”, do jornalista opositor Jorge Lanata³⁷, intitulada de “gigantesca mobilização”, na qual se coloca que o “fenômeno que superou as previsões em relação à quantidade de gente, o [caráter] pacífico do protesto e das suas demandas deu lugar a um amplo debate sobre a dívida pública e privada da argentina”. A notícia aproveita o “gancho” da mobilização para criticar o governo nacional. Logo, na matéria, e presumivelmente no programa televisivo, fala-se que a dívida pública “paga-se com o dinheiro dos aposentados”³⁸, entre outras críticas às políticas públicas que justificam a mobilização.

A segunda dimensão, a performance diz respeito ao destaque dado pela mídia às formas de vestimenta (divertidas, estranhas, assustadoras) e à reduzida idade e imaturidade dos manifestantes. Constitui-se, assim, um “*freak show*”, que oculta a seriedade das demandas e dos atores mobilizados, e a cobertura se concentra mais em descrever as características pessoais dos manifestantes do que nas demandas mobilizadas.

Em relação com a dimensão da performance nas matérias analisadas, aponta-se para a diversidade dos manifestantes no Cacerolazo em termos de idades e classes sociais, se destacando a presença de “famílias” e recolhendo depoimentos tanto de jovens desempregados quanto de aposentados. A maioria das reportagens lembra e justifica as pautas que motivaram a mobilização. O jornal evitou noticiar as performances mais chamativas ou “menos sérias”, não acontecendo a esperada ridicularização dos manifestantes.

³⁶ Duas entidades gremiais jornalísticas.

³⁷ O programa é divulgado pelo canal 13, propriedade do Grupo Clarín e o próprio Lanata tem uma coluna própria no jornal todos os sábados.

³⁸ No início do governo da Cristina Kirchner, foram estatizadas as aposentadorias privadas e foi constituído um fundo de investimento federal, que começou a financiar além das aposentadorias outras necessidades do governo. Com a troca de mãos deste fundo, várias empresas, incluindo o Clarín, perderam a possibilidade de fazer negócios.

No dia 10, o reconhecido jornalista opositor, Jorge Lanata, analisou a “qualidade” dos manifestantes, apontando que estes não foram “militantes” e sim “cidadãos”, como se os vínculos organizativos pudessem diminuir a importância ou validade das demandas mobilizadas. O autor coloca que os manifestantes se mobilizaram: “sem lideranças que os levaram, sem ônibus, nem viáticos e sem medo de perder o emprego”. O colunista analisa o argumento do governo que “se posicionando ele próprio na esquerda apresentava o protesto como o nascimento de uma nova direita. O reducionismo oficialista somente ajudará a dificultar ainda mais as coisas...”.

Fora o destaque dado à produção caseira dos cartazes e a participação de famílias de diversas classes sociais não são feitas mais referências às performances ou aspectos dos manifestantes. As características em destaque procuram diferenciar os Cacerolazos de outros protestos sociais e mobilizações anteriores negativamente enquadrados, por isso a falta de vínculos organizativos e partidários é apontada várias vezes.

As demandas dos manifestantes, conforme Xu (2013), em geral são noticiadas de forma a destacar as divergências internas do movimento em relação aos objetivos e são ressaltadas as demandas mais radicais ou engraçadas. O objetivo desta cobertura é reduzir a legitimidade e seriedade das demandas dos manifestantes que as mobilizam.

Em relação com as demandas nas matérias analisadas, tem destaque a razoabilidade das pautas mobilizadas nos Cacerolazos e os depoimentos recolhidos celebram a participação e se orgulham dela. Mesmo que múltiplas, as reivindicações do Cacerolazo são colocadas já na capa do dia 9: “As pessoas rechaçaram a reeleição, a insegurança, a alta inflação e a corrupção”. E posteriormente ao editorial, as pautas colocadas na capa, o autor (Roa) adiciona que, “as pessoas se revoltam com a soberba”³⁹ demandam “mais democracia, respeito à justiça (judiciário) e à Constituição”.

A dimensão contempla a ineficiência das demandas mobilizadas, porém esta não está vinculada à cobertura midiática, à abrangência do pedido por “democracia”, e sim à interpretação que o governo faria das mesmas. Os jornalistas duvidam da capacidade de “ouvir” as demandas por parte da presidente e inclusive apontam que, como anteriormente, não dará resposta a elas.

No editorial do dia 9, Ricardo Roa ocupou-se também de desmontar as caracterizações que, segundo ele, o governo teria feito do protesto: “pessoal de ultradireita”, “gente bem vestida”, “só se interessam por Miami”. Finalmente pergunta-se se o governo irá “ouvir” o clamor, particularmente na figura da presidente Cristina Kirchner, “será que é capaz de ouvir?”, mas ele mesmo responde: “Cristina tem se viciado em irrealidade. E não concebe outra forma de enxergar as coisas da que ela tem”. Além disso, o artigo de opinião do Eduardo Aulicino, dessa edição, irá apontar, inclusive, que a posição do governo é reacionária na sua concepção da democracia, após alguns funcionários apontarem para a resolução dos conflitos nas eleições.

³⁹ Da presidente Cristina Kirchner.

Em relação à atuação do governo, na época, focalizou as suas críticas na demanda pela livre disponibilidade de dólares (que tinha sido limitada por ele) e embora as interpretações do jornal apontem para a falta de centralidade desta demanda, ela é anunciada como causa mobilizadora por uma das cinco testemunhas publicadas no próprio veículo. O interesse por não aceitar a demanda pela livre disponibilidade de dólares como uma questão central estava vinculada com a interpretação do protesto, já que são só as classes médias e altas da população que se encontravam em condições de poupar em dólares.

Ainda na edição do dia 9, a charge que acompanha o editorial reproduz as críticas feitas ao governo, indicando que o governo não irá “ouvir” as pautas do protesto. A inefetividade das demandas não depende, na interpretação do jornal delas, senão da inação do governo.

Já no dia 11, por ser domingo, o jornal inicia com uma coluna humorística, na qual o autor, Alejandro Borensztein, justifica tanto as demandas como o desconforto da população que se mobilizou. Borensztein aponta que o protesto foi convocado a partir das redes sociais, mas que o “governo fez todo o possível para que fosse um sucesso”, para logo fazer uma contagem dos depoimentos de funcionários públicos que teriam incomodado a cidadania.

Na mesma edição, em uma notícia constituída por 15 imagens resumem-se 15 ações do governo que, segundo o jornal, teriam motivado a mobilização; a corrupção; a pressão ao judiciário e as formas (soberba) unem-se às demandas específicas do sindicalismo (redução do imposto ao lucro). A multiplicidade de demandas no protesto é justificada diante das injustiças e erros cometidos pelo governo.

Finalmente na edição do dia 13, uma nota feita ao titular do Partido Autonomista (partido pequeno sem impacto eleitoral), ele apontou que o Cacerolazo justificava-se porque “há cansaço das pessoas e na oposição também não temos sabido dar respostas”, e apontou para a série de demandas já noticiadas: “foi um ato de descontentamento com o governo pela inflação, a insegurança, o desemprego e a corrupção”, disse.

A aprovação pública do protesto é definida pela quantidade de pessoas que participaram do mesmo, aponta Xu (2013). Nesse sentido, a estratégia dos veículos midiáticos é enfatizar a baixa representatividade do evento, “demonstrando” pouco apoio público. Além disso, utilizam-se comentários negativos dos espectadores do protesto para reforçar a ideia do rechaço da população à mobilização (paralelamente, os espectadores que possuem visões positivas do evento são considerados como participantes). A cobertura enfatiza, assim, a desaprovação pública do protesto, apontando que não eram representativos do público, ou que o público não os apoia. Incluem-se, ainda, enquetes de opinião para sustentar as ditas afirmações, mas sem informação do modo como foram realizadas.

Em relação a essa dimensão, como já foi colocado, o jornal repetidamente aponta para a massividade da participação no evento e a heterogeneidade (como elemento positivo) do mesmo. A questão do número de participantes fica conflitiva no confronto entre as contagens da polícia federal e da polícia metropolitana, desde que cada uma delas responde politicamente a um governo diferente. Para o governo da cidade de Buenos Aires, controlado

por um partido opositor à Cristina Kirchner, o número de participantes foi muito maior do que para o governo nacional. A matéria que analisa este conflito, no dia 10, leva a pensar que a polícia federal está subestimando a participação, e não o jornal, que adota os números da polícia metropolitana.

Além disso, são publicadas diversas pesquisas de opinião que mostram a queda da imagem presidencial de Cristina Kirchner, e a alta adesão do público ao evento com uma baixa porcentagem de rechaço. Inclusive é apontado que uma porcentagem relevante de votantes de Cristina Kirchner participou do evento, sendo que supostamente teriam que ter sido contrários. Esses dados apontam para a aprovação pública do evento.

Também, como forma de apontar para a aprovação pública do evento a cobertura identifica diversos focos da manifestação: na frente da residência de Olivos (residência presidencial), no obelisco, “cruzamentos e avenidas” da capital e a área metropolitana de Buenos Aires, Córdoba, Rosário e diversas cidades do país, sendo as pautas principais, a duração e o horário do protesto, os mesmos em todos os locais. Também se noticiaram as manifestações ocorridas no exterior do país, em locais como Londres, Paris, Madri, Viena, Berna e Washington, “entre outras capitais”; ainda nos protestos protagonizados por argentinos residentes no exterior (e turistas), as pautas foram as mesmas.

Em uma coluna de página completa, do também editorialista Eduardo Van Der Koy, publicada no dia 11, analisa-se a situação da presidente, sugerindo que após a “imponente” manifestação ela teria perdido uma parte importante do seu capital político. Embora reconheça que a oposição ainda não consegue se apropriar do descontentamento contra a presidente, a matéria foca-se na queda da imagem presidencial e o argumento se sustenta em pesquisas que mostram a diminuição da imagem presencial e o conflito com o mundo sindical. No mesmo dia, um artigo do político antigovernista Rodolfo Terragno coloca que: “A cidadania desesperançada saiu a gritar seu desgosto pelo governo atual”.

As fontes da informação dizem respeito à seleção de quais “provas” embasam a versão dos fatos a ser transmitida. Para Xu (2013), as vozes “oficiais e autorizadas” (polícia, governo e lideranças empresariais) tendem a ser consultadas com maior frequência que os participantes das manifestações e as classes populares. A mídia faz isso tanto para adicionar prestígio à história quanto para manter o status quo, as autoridades costumam ter um posicionamento contrário aos manifestantes, já que é contra eles que o protesto acontece.

Em relação com as fontes da informação, contrariamente ao que pressupõe a teoria, o jornal noticiou, consultando as pessoas que se encontravam no evento. Nas matérias sobre o Cacerolazo foram consultadas fontes não oficiais, principalmente depoimentos dos participantes das manifestações. As fontes policiais são utilizadas secundariamente pelo jornal para medir a quantidade de pessoas que fazem parte da manifestação, mas o próprio veículo desconfia da informação oficial (acertadamente), já que o cálculo dos participantes que circularam no protesto (saindo e entrando em momentos diferentes) não permitiu uma contagem exata. Como fontes autorizadas foram referidos os depoimentos (e atividade nas redes sociais) de políticos da oposição ao governo da Cristina Kirchner, que serviram como

forma de reforçar e validar as opiniões dos manifestantes. Nesse sentido foi reproduzida uma publicação no *Twitter* do atual presidente da nação, Mauricio Macri, na época prefeito da cidade de Buenos Aires, onde parabenizou os manifestantes: “foi um dia pra se emocionar, para estar contente, porque o povo argentino fez por merecer orgulho”.

Assim a primeira notícia do dia 9 centra-se nos depoimentos dos manifestantes, suas características pessoais e motivações para a participação. Entre as pautas repetidas, sobressai o rechaço “à ditadura” e ainda “a fragata é nossa, não tua. Retorna-a”⁴⁰. Outra das declarações aponta que quer que lhe permitam “fazer com seu dinheiro o que quiser, não como na Venezuela ou na Rússia de Stálin”. E outro diz: “odeio o nazismo e o terrorismo de Estado que há agora”.

A edição fecha com a publicação das cartas dos leitores, todas as quais se referem ao protesto: “foi o meu primeiro Cacerolazo”, “não é verdade que a única maneira válida de se expressar na democracia seja nas eleições” (argumento ressaltado pelo jornal), “o que procuramos é uma maneira de nos expressarmos e sermos ouvidos”, “Estou cansado de ouvir falar à senhora presidente e o seu séquito de aplaudidores eludir falar de inflação, de insegurança, de pobreza, dos aposentados. O povo deve entender que chegou a hora de falar chega” e “vamos a caminho de uma democracia de enfeite”, são alguns dos trechos que o jornal publicou.

No dia 11, todas as cartas de leitores, novamente são focadas no Cacerolazo, nelas se reuniam depoimentos dos próprios participantes do evento que contestam as interpretações do governo (da forma que foram relatadas pelo jornal), apontando que os participantes do evento teriam sido *ultradireitistas*, e reforçando a interpretação de que os manifestantes se expressaram “sem raiva, mas com firmeza” (nesta edição foi apontado que a presidente se expressava com raiva), assim como as pautas reconhecidas pelo veículo, “é errado ser de classe média?”, falaram.

O impacto da manifestação é apresentado como negativo pela mídia, conforme a análise do Xu (2013). Enfatizam-se, desse modo, os efeitos do evento em termos das complicações no trânsito, do barulho que incomoda as pessoas que vivem e trabalham no local onde teve lugar a manifestação, dos custos extras que o policiamento do evento gerou para o governo, da perda de vendas das lojas, da falta de patriotismo, do ataque aos interesses nacionais e do confronto aos valores das famílias e das comunidades onde o evento ocorre.

Em relação com esta dimensão, nas matérias esse aspecto não teve destaque. O impacto negativo não é ressaltado, sendo apontado, inclusive, que as críticas ou observações negativas são feitas pelo governo para desvalorizar a manifestação. Inclusive o jornal desenvolve uma defesa dos manifestantes diante das críticas (seu vínculo ideológico com a direita conservadora e de classes altas) sem fazer referência às complicações no trânsito nem à sujeira produzida no evento.

⁴⁰ Se referindo à fragata Libertad, retida em um porto de Ghana, por conta de um processo iniciado pelos fundos abutres contra a Argentina

Nesse sentido a coluna do Van Der Kooy, no dia 9, faz uma crítica ao governo por aquela interpretação do protesto (“suposta filiação direitista e com a ditadura”), mas o que se destaca é a sua defesa da “espontaneidade” (“o governo objetou a falta de espontaneidade”, “é verdade que foram organizadas, mas as usinas foram as redes sociais”). Ali o autor da coluna adiciona também o cansaço, a mentira e a “liberdade vigiada” às demandas principais. O autor reconhece que o “mal-estar social” expresso no protesto está vinculado aos protestos anteriores (e só aumenta em relação a eles), e aponta que a oposição deveria aproveitar o descontentamento para achar a trilha perdida.

Já no dia 10, o jornal continua com a sua interpretação, colocando na capa a centralidade para a resposta (ou falta dela) do governo: “Cristina tentou minimizar o massivo protesto” (título da capa), e a foto principal fez referência a outro tema, as inundações acontecidas na capital. A interpretação do veículo é que a demanda é por “ser ouvido” e que o “governo não escuta”. Diversas notícias do dia repetiram o argumento da “demanda por escuta” colocada na capa, inclusive, apontando que “a oposição pediu que o governo escutasse as demandas das pessoas”, e colocando alguns depoimentos de políticos opositores.

O impacto da manifestação continua sendo interpretado como as respostas (esperadas) do governo, e no dia 11 o “semáforo”⁴¹ sinaliza com o vermelho a presidente Cristina Kirchner quem aparece numa nota intitulada “não ouve, mas responde”. Na nota coloca-se que “desvalorizou as reivindicações, saiu pra ratificar em um discurso os supostos resultados da sua administração”, o argumento também é repetido em outras matérias do jornal.

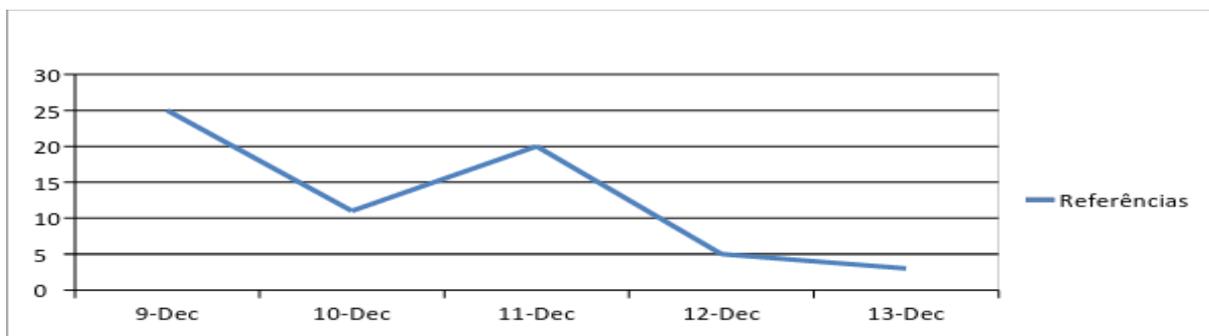
Posteriormente, em 12 de outubro, uma pequena nota refere-se também à falta de reação de Cristina sobre o Cacerolazos, comparando-a com a falta de reação que teria tido Menem quando Fernando De La Rúa ganhou a prefeitura da cidade de Buenos Aires (De La Rúa utilizaria essa prefeitura como trampolim para vencer nas eleições presidenciais de 1999). A referência aos impactos do Cacerolazos começa a ser usada como sinônimo de grande importância em outras matérias. Nesse dia, teve lugar a partir da ótica da estratégia de mobilização dos sindicatos antikirchneristas, que estavam organizando uma série de medidas de força para levar à frente antes do fim do ano. Ricardo Capena, também editorialista e autor da matéria, se põe na pele do sindicalista e diz: “(após o sucesso do 8N) Moyano sabe que [...] a paralisação nacional de 24 horas deverá ser muito efetiva para que a sua figura não fique ferida”.

Já no dia 13, quando o tema definitivamente perde centralidade e é substituído pela insatisfação das centrais sindicais, são feitas ainda algumas das referências ao evento de maneira secundária. O protesto aparece dentro de matérias focadas e outros temas, por exemplo, relatando as atividades do governador do estado de Buenos Aires, que estava se posicionando para as eleições presidenciais de 2015 como sucessor de Cristina (finalmente

⁴¹ Semáforo ou sinal é uma seção do jornal na que tem destaque três matérias do dia. Colocando-se as cores vermelho, amarelo e verde para avaliar o comportamento de atores políticos e sociais, sendo o vermelho a representação do rechaço.

candidato do partido me 2015): “depois de acompanhar Cristina, horas antes e horas depois do Cacerolazo do 8N, em atos, Daniel Scioli tomou algo de distância da Casa Rosada...”.

Gráfico 1- Evolução da cobertura sobre o 8N no tempo



Fonte: elaboração própria com base nas matérias do *Clarín* de 9 de outubro a 8 de novembro.

O material da mídia utilizado no artigo foi organizado seguindo a tipologia utilizada na dissertação a qual foi adaptada a partir da dissertação do Eduardo Fernandes (2016):

Quadro1: Cobertura do Clarín sobre o Cacerolazo do 8-11-2012

	6ta 9-11	Sábado 10-11 ⁴²	Domingo 11-11	2ºda 12-11	3ºça 13-11
Capa	Destaque	Tema principal	Tema principal	-	-
Editorial	1	-	-	-	-
Charge interna	1	-	-	-	-
Colunas	3	2	4	2	-
Artigos	4	1	4	1	-
Notícia	7	5	4	2	2
Notas	1	2	1		1
Carta de leitores	7, Todas as publicadas	-	5, todas as publicadas	-	-
Semáforo	-	-	1	-	-

Fonte: elaboração própria com base nas matérias do *Clarín* de 9 de outubro a 8 de novembro.

Quadro 2: Comparação entre a teoria e os achados do campo

Dimensões	Previsão da cobertura para Xu (2013)	Cacerolazos argentinos 2012
Ilegalidade/Baderna	Foco dado à violência ocorrida ou potencial entre	Destaca-se o evento como “manifestação popular”.

⁴² É importante destacar que a edição do jornal encontra-se incompleta e não se dispõe do editorial, da charge nem das cartas de leitores que, provavelmente, teriam abordado o Cacerolazo.

	manifestantes e polícia. Incluso das minorias.	Ignora-se a violências de minorias.
Performance	Destacam-se as formas de vestimenta, a imaturidade, e as dissidências internas dos manifestantes.	Diversidade de manifestantes como amostra do desconforto geral. Foco na participação das “famílias”, os “cidadãos de pé”. Multiplicidade de demandas como positivo.
Inefetividade das demandas	Foco nas demandas irracionais/ que geram conflitos internos. Foco nas demandas radicais ou “engraçadas”.	Demandas não são “ouvidas” pelo governo, pela incapacidade própria e não porque elas não sejam razoáveis ou sérias.
Desaprovação pública	Foco na baixa representatividade do evento. Comentários negativos dos espectadores e vizinhos. Enquetes mostram a baixa adesão do público.	Foco na massividade do evento. Não há desaprovação pública. Enquetes mostram a queda da imagem do governo. Mostra-se a diversidade de locais em que a manifestação teve lugar, foco na abrangência.
Fontes oficiais	Fontes oficiais, depoimentos de policiais ou autoridades políticas.	Depoimentos de participantes e políticos opositores. A aparição da polícia teve lugar para mostrar o conflito entre o governo federal e o da cidade de Buenos Aires.
Impacto da manifestação	Negativo. Complicações no trânsito, perda de vendas dos comércios e custos da mobilização para a prefeitura.	O impacto negativo não tem destaque. Inclusive, quando referido pelos funcionários governistas é criticado pelo jornal.

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Da análise das matérias, extrai-se que a manifestação teria apresentado como características principais não ser partidária e não possuir organizações formais “por trás”, sendo convocada e articulada a partir das redes sociais. É, portanto, considerado um movimento autenticamente cidadão. O jornal também se ocupa em qualificar a participação da “cidadania” frente à participação dos “militantes” como mais positiva e “autêntica”, já que estes não teriam se mobilizado por interesses “pessoais” e sim olhando para o bem-estar geral. O jornal vincula as características “cidadãs” com atitudes democráticas, conciliadoras, dialógicas, populares (gerais) em contrapartida com (embora não dito explicitamente) as características negativas das manifestações políticas e, particularmente, governistas (onde os manifestantes seriam levados em ônibus e receberiam “um cachorro-quente e uma coca”⁴³ em pagamento).

⁴³ A frase original em espanhol é “Un pancho y una coca”.

Além disso, tem destaque a passividade no desenvolvimento do protesto, que não acarretou atos de vandalismo nem conflitos com a polícia. Os impactos negativos do evento e os conflitos violentos não são noticiados pelo jornal, em parte, porque não aconteceram. Fora alguns atos pontuais contra jornalistas da mídia governista, não se registraram atos de violência no evento e os xingamentos contra a presidente e seus ministros não foram considerados formas de violência. Também deve-se salientar que os governos Kirchner tiveram sempre a decisão de não reprimir os protestos sociais e, portanto, durante o período das três presidências, o conflito com a polícia perdeu centralidade, assim a falta de confrontos no Cacerolazo não é um dado particular dele.

Há também, na cobertura dos Cacerolazos, um sentido do “dever ser”, normativo, estranho às publicações jornalísticas, desde que é noticiada a “não notícia”, o que “não aconteceu”. A edição de 10 de novembro foca-se no que o governo (e a Presidente) não fez ou não falou, dando por certo que ele “tinha” que reagir à mobilização, uma ideia que não se acha presente diante de outras mobilizações. A notícia foi que não aconteceu o esperado.

Conforme passam os dias, o jornal esquece as características da mobilização e foca-se no seu “grande impacto” e as críticas para o governo por não reagir da forma que eles “mandam”.

Em síntese, a cobertura feita pelo *Clarín* em relação ao Cacerolazo contradiz todos os pressupostos da teoria no que diz respeito ao *paradigma do protesto* e à sua pressuposta visão negativa. Para cada uma das dimensões apontadas por Kaibin Xu (2013), foi mostrado que o veículo teve uma atuação contrária à predita pela teoria.

Acreditamos que, como dito inicialmente, a análise das interpretações midiáticas sobre o protesto social tem que partir da interpretação e o entendimento do contexto em que tiveram lugar. A mídia corporativa, como um ator social qualquer e como uma grande empresa que é, age na defesa dos seus interesses particulares, os quais estavam sendo desafiados ou ameaçados pelo governo da presidente Cristina Kirchner. Na época estava sendo analisada no judiciário a lei que limitava a concentração midiática na Argentina e que teria significado para o *Clarín* a obrigação de ter que se desfazer da maior parte das suas licenças de rádio e televisão.

Combater a legitimidade do governo que aprovou essa lei era, para o *Clarín*, fundamental para a defesa dos seus interesses, de fato, após o Supremo Tribunal Federal reconhecer a constitucionalidade da lei, em 29 de outubro de 2013, o grupo conseguiu suspender a aplicação da norma a tempo suficiente para chegar às eleições de 2015 sem ter se adequadado. Nas eleições venceu o candidato contrário à Cristina Kirchner e aliado do *Clarín*, Mauricio Macri, que logo no início do seu governo (antes do terceiro dia) assinou um decreto desabilitando a lei.

REFERÊNCIAS

BAYLOR, T. Media Framing of Movement Protest: the case of american indian protest. *The Social Science Journal*, v. 33. N° 3, p. 241–255, 1996.

DE LIMA, V. A direita e os meios de comunicação. In: ABRAMO, E. F. P. (Org.). *Direita, volver!: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: [s.n.], 2015. p. 91–114.

DETENBER, B.; GOTLIEB, M.; MCLEOD, D.; MALINKINA, O. *Frame intensity Effects of television news stories about a high-visibility protest issue*. [S.l.]: Routledge, 2010.

FRANCO LERRER, D. Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum. *Revista Nera*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005

GAGO, V. A política dos muitos. *Nueva Sociedad*, 2014.

KENNETH, A.; CAREN, N. Making the News: Movement Organizations, Media Attention, and the Public Agenda. *American Sociological Review*, p. 841–866, 2010.

KOOPMANS, R. Movements and Media: Selection Processes and Evolutionary Dynamics in the Public Sphere. *Theory and Society*, v. 33, n. 3/4, p. 367–391, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4144877>>.

LEAL, M. C. D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 21, p. 73–92, 2005.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 155–184, 2002.

MORAES, D. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: BOITEMPO (Org.). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: [s.n.], 2013.

NOGUEIRA PRADO, G. Mídia corporativa: a catraca da democracia. *Uninomade*, 2014.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço dos interesses privados? In: BOITEMPO (Org.). *Mídia, Poder e Contrapoder - da Concentração Monopólica À Democratização da Informação*. São Paulo: [s.n.], 2013.

WOLF, M. Mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências. Efeitos a longo prazo. *O newsmaking*. p. 397–398, 1999.

XU, K. Framing Occupy Wall Street: A Content Analysis of The New York Times and USA Today. *International Journal of Communication*, p. 2412–2432, 2013.

BIOPOLÍTICA NAS MÍDIAS DIGITAIS: APONTAMENTOS SOBRE BIOESTÉTICA E A BOÇALIDADE DO MAL

Patrícia Aurora Corrêa Mazoti⁴⁴

Resumo: O artigo busca compreender a sociedade em rede através de uma análise das mídias digitais. Se, na era da informação, permite-se a proliferação de novas formas de comunicação e sociabilidades, aumenta-se também a vigilância através da conexão perpétua, a localização geográfica, o controle modular moral, ético e estético. A regulamentação é realizada pela interface das plataformas sobre indivíduos, tornando possível a coleta e armazenamento de informações de milhões de pessoas. Assim, as mídias digitais exercem um poder biopolítico transnacional que perpassa muitas vivências contemporâneas, marcando-se pela ligação emocional que os indivíduos desenvolveram pelas suas redes sociais. Porém, a possibilidade de “dizer tudo” quebrou a suposta neutralidade da natureza humana, fazendo com que “bárbaros” emergissem em todos lugares. Dessa forma, a necessidade de visibilizar a negação do outro foi reformulada, já que não basta mais rejeitar propostas, causas e/ou pautas em silêncio, pois o ódio constituiu-se através da polifonia da boçalidade.

Palavras-chave: Mídias digitais. Biopolítica. Bioestética. Boçalidade do mal.

The article seeks to understand the network society through an analysis of digital media. If, in the information age, allows for the proliferation of new forms of communication and sociability, surveillance is also increased through perpetual connection, geographical location, modular moral, ethical, and esthetic control. The regulation is carried out by the interface of the platforms on individuals, making it possible to collect and store information provided by millions of people. Thus, digital media exert a transnational biopolitics power that permeates many contemporary experiences, marking the emotional connection that individuals develop through their social networks. However, the possibility of "saying everything" broke the supposed neutrality of human nature, causing "barbarians" to emerge everywhere. In this way, the need to make visible the denial of the other was reformulated, for it is not enough today to reject proposals, causes and/or guidelines in silence, because the hatred was constituted through the polyphony of the boçalidade.

Keywords: Digital Media. Biopolitics. Bioesthetics. Boçalidade of Evil.

⁴⁴Graduação em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2015). Mestranda da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Email: correap07@gmail.com

INTRODUÇÃO

[...] A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2004, p.166).

Nenhuma forma de poder parece ser tão sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais de uma sociedade: informação, conhecimento, comunicação (COSTA, 2004, p.163).

As modificações nos hábitos e utilização das tecnologias através dos atos comunicacionais e espaços de visibilidades têm colocado questões sobre as novas articulações da sociedade brasileira, essa que, paulatinamente, vem se reestruturando pela “conexão perpétua⁴⁵” (CASTELLS, 2009, p. 348) que perpassa uma gama crescente de vivências na contemporaneidade.

A sociedade em rede se constituiu na era da informação com “o desenvolvimento de novas tecnologias e a tentativa da sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (CASTELLS, 2008, p. 98). Esse momento histórico baseia-se no estabelecimento de relações através da informação, da sua capacidade de processamento e geração de conhecimentos, fazendo com que a virtualidade se expresse como realidade, pois “todas as expressões culturais, da pior a melhor, da mais elitista a mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras” (CASTELLS, 2008, p. 394).

Assim, as formas de sociabilidades e expressões culturais que anteriormente não eram contempladas pelas mídias tradicionais passaram a obter espaços de visibilidades. Porém, se, por um lado, as mídias digitais permitem a proliferação de novas formas de comunicações e sociabilidades, por outro, elas trazem um aumento da vigilância e do controle modular sobre os indivíduos. Tendo em vista esses aspectos, este artigo busca apresentar uma análise das modificações nas dinâmicas sociais contemporâneas mediadas pelas novas mídias digitais⁴⁶. Essa reflexão se faz necessária, visto que, embora a “cultura digitalizada” componha a nossa sociedade, “mal começamos a compreendê-la em seus próprios termos” (MISKOLCI, 2012, p. 39).

⁴⁵ No original: “perpetual connectivity”.

⁴⁶ As mídias digitais compreendem “[...] uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material” (MISKOLCI, 2011, p. 12).

O tópico *Biopolítica e bioestética nas mídias digitais* apresentará alguns mecanismos pelos quais o poder exerce diferentes instrumentos de vigilância, reflexão estabelecida a partir das políticas de dados do *Facebook* e de um estudo acadêmico realizado por pesquisadores dessa plataforma. Além disso, o conceito deleuziano sociedade de controle será trabalhado para se entender como a modulação do controle moral, estético e ético se manifesta na biopolítica das mídias digitais, utilizando, para tanto, a questão do cerceamento à nudez praticada pelo *Facebook* e seu posicionamento diante de discursos preconceituosos.

Em *A boçalidade do mal e o direito ao ódio: somos aquilo que compartilhamos* a problematização reside nas consequências da permissividade dos discursos de ódio profanados nas mídias digitais, focando-se no anonimato de comentários de um vídeo do canal do *YouTube* “Põe na Roda” e na notoriedade e ostentação da liberdade de expressão observadas na página do *Facebook* “Orgulho de ser Hétero”. Dessa forma, objetiva-se analisar os sentidos e significados destes discursos, relacionando-os com a questão da banalidade do mal, de Hannah Arendt, e as novas formas de violência assumidas na contemporaneidade.

BIOPOLÍTICA E BIOESTÉTICA NAS MÍDIAS DIGITAIS

Michel Foucault analisou a ideia de Jeremy Bentham⁴⁷ sobre a arquitetura de poder concebida como *panopticon*, isto é, a possibilidade de uma vigilância interiorizada na forma de disciplina e individualização que se realiza de forma “permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível” (2004, p.176). A vigilância é exercida a partir de um olhar hierárquico, sanções normalizadoras e exames, engendrando um poder que, além de reprimir e corrigir, produz recompensas. Como aponta Appelbaum⁴⁸ que:

As pessoas eram recompensadas por participar do Stasi, o órgão de segurança da antiga Alemanha Oriental. E hoje são recompensadas por participar do Facebook. Só que no Facebook elas são recompensadas com créditos sociais – ir para a cama com a vizinha – em vez de serem pagas diretamente. E é importante relacionar esse fenômeno com o aspecto humano, porque ele não se restringe à tecnologia, é uma questão de controle por meio da vigilância. Em certos aspectos, é o panóptico perfeito (ASSANGE *et al*, 2013, p. 39).

⁴⁷ Foi um filósofo e jurista. Desenvolveu a ideia do Panóptico que corresponde a “uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 2004, p.167).

⁴⁸ Faz parte do movimento *cypherpunk* que consiste em “um ativista que defende o uso generalizado da criptografia forte como caminho para a mudança social e política. Existe um movimento cypherpunk ativo desde os anos de 1990, influenciado pela cultura hacker e pelas ideias libertárias” (SILVEIRA, 2016, p. 175).

Quando mandamos uma mensagem de nosso celular, acessamos o *Facebook*, *Google*, entre outras mídias digitais, disponibilizamos informações que são armazenadas em um banco de dados, formando, assim, “uma coleção de individualidades separadas” (FOUCAULT, 2004, p. 166). O *Facebook* disponibiliza uma política de dados em que se constata o que está sendo coletado, compreendendo dessas informações no cadastro da conta, a criação e compartilhamento de conteúdos, mensagens, localização de fotos ou arquivos criados, conteúdos que são visualizados, frequência das atividades, dados sobre computadores e dispositivos utilizados para o acesso e sobre a conexão da rede⁴⁹.

Essas questões foram tratadas em um estudo acadêmico realizado pelos cientistas de dados do *Facebook* e publicado no site da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. O estudo se baseou em páginas pessoais de língua inglesa, manipulando as emoções de 689.000 usuárias/os, sem consentimento prévio⁵⁰. Durante uma semana, o *feed* de notícias dessas pessoas recebeu publicações positivas e, outras, negativas a partir do algoritmo de classificação utilizado para desenvolver e testar o interesse de espectadoras/es sobre os conteúdos que acham mais importantes no *Facebook*, isto é, o que leva as pessoas desejarem permanecer na rede ou a sair dela (KRAMER, 2014).

Para o *Facebook*, esses estudos indicam o que leva as pessoas a agir, elemento de destaque, pois o lucro da empresa se baseia na publicidade. Assim, é importante que os indivíduos criem uma ligação emocional com a plataforma e que essa seja endossada pelo tempo de convívio, contato com as/os amigas/os, compra de produtos e defesa de causas.

Para Silveira (2015), o *Facebook* utiliza uma biopolítica transnacional que se realiza através de ações disciplinares. O controle e armazenamento de códigos e informações proporcionam às mídias digitais um local privilegiado de poder, pois o acesso às informações dos indivíduos possibilita o controle sobre a vida dos mesmos. Para Appelbaum⁵¹, este é “o panóptico perfeito” (apud ASSANGE et al, 2013, p. 39).

Em 2014, o Brasil se tornou o quarto país⁵² a estabelecer um regulamento para o uso da internet. O Marco Civil da Internet⁵³ passou a determinar os direitos e deveres para o setor,

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/about/privacy/>>.

⁵⁰ A justificativa para realizar o experimento sem consultar os indivíduos que fariam parte foi a aceitação dos termos de uso da rede social que concede permissão de operações internas, resolução de problemas, análises de dados, experimentos, pesquisa e melhoria de serviços.

⁵¹ Membro do movimento *cyberpunk* que consiste em “um ativista que defende o uso generalizado da criptografia forte como caminho para a mudança social e política. Existe um movimento *cyberpunk* ativo desde os anos de 1990, influenciado pela cultura hacker e pelas ideias libertárias” (SILVEIRA, 2016, p. 175).

⁵² Após a Eslovênia, Holanda e Chile.

⁵³ Para mais informações: SOLAGNA, F. A formulação da agenda e o ativismo em torno do Marco Civil da Internet. Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em

além de garantias para as/os usuárias/os numa tentativa de regulamentar os direitos *on-line* à luz dos direitos *off-line*. Ainda que o Marco Civil obrigue o compartilhamento de dados pessoais e de comunicações privadas via internet em caso de ordem judicial, a disputa pelo acesso ao armazenamento em massa já provocou embates legais entre a justiça brasileira e as mídias digitais.

Apesar do *Facebook* garantir a disponibilização de informações no caso de solicitações judiciais⁵⁴, a empresa já se negou a cedê-las às autoridades brasileiras. O *WhatsApp*⁵⁵ (aplicativo comprado pelo *Facebook* em 2014) já sofreu três bloqueios por ordem de juízes de primeira instância, mas todos foram derrubados. Para os favoráveis ao bloqueio, a proteção dos dados íntimos e pessoais de forma irrestrita favorece a prática de atos ilícitos e criminosos⁵⁶. Curiosamente, ao mesmo tempo em que o Estado não reconhece o poder desterritorializado das empresas tecnológicas sobre as pessoas, este manifesta a reivindicação de seu poder sobre àquelas/es que fazem parte da sua nação.

Na realização de sua biopolítica, as mídias digitais exercem um controle moral, ético e estético sobre suas/eus usuárias/os. Um exemplo desta prática é encontrado no cerceamento da nudez nas páginas do *Facebook*. Seus padrões de comunidades consideram que políticas restritivas à nudez são necessárias para a proteção de sua comunidade global e, por isso, a exibição de atos sexuais, órgãos genitais ou seios e mamilo são restringidos, exceto quando se der “por motivos educativos, humorísticos ou satíricos”⁵⁷.

Apesar de prever exceções, na prática, a nudez não é tolerada no *Facebook*. A remoção desses conteúdos ocorre independentemente dos direitos civis e dos significados simbólicos das publicações. A estratégia estética é utilizada como forma de higienização da plataforma, constituindo-se um controle bioestético que se “remete a uma ética, a um modo de viver e de se comportar. Os gestores da plataforma criam um mundo regrado e pensado conforme a visão de mundo que buscam defender” empreendendo “uma política de controle de todos, uma biopolítica da espécie em rede” (SILVEIRA, 2015, p. 1649).

Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/117545>> Acesso em: 04 nov. 2016.

⁵⁴ Disponível em <<https://www.facebook.com/about/privacy/#>> Acesso em: 05 nov. 2016.

⁵⁵ Diferente do *Facebook*, este aplicativo apresenta a problemática da criptografia, como observa o co-fundador Jan Koum: “Ninguém consegue acessar o conteúdo dessa mensagem: nem os criminosos, nem os hackers, nem os regimes opressores. Nem sequer nós mesmos”.

⁵⁶ Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469734014_715576.html> Acesso em: 06 nov. 2016.

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/communitystandards#>> Acesso em: 06 nov. 2016.

Em 2015, o Ministério da Cultura publicou um *post* para divulgar o lançamento do Portal Brasileira Fotográfica⁵⁸ que conta com um acervo de milhares de imagens históricas dos séculos XIX e XX. A postagem trazia uma foto que exibia um indígena e uma indígena da etnia Botocudo, de autoria de Walter Grabe (1909). Um dia após sua publicação, o *Facebook* bloqueou a fotografia devido à exibição dos seios e mamilos da indígena.

Apesar do Ministério da Cultura solicitar o desbloqueio da postagem, o *Facebook* justificou que a censura era prevista em suas regras globais e, por isso, não responde à legislação nacional⁵⁹. O então Ministro da Cultura anunciou que adotaria providências legais, pois, para ele, esse posicionamento feria às legislações nacionais, configurando um desrespeito à cultura do próprio país⁶⁰. A campanha *#culturasemcensura* foi criada para apoiar o Ministério Público a pressionar a empresa e contou com o engajamento de diversas pessoas.



Figura 1: Juca Ferreira, em entrevista coletiva, mostra foto censurada pelo Facebook. (Fotos: Lia de Paula)

O *Facebook* reverteu a decisão e republicou a foto com as mesmas curtidas, compartilhamentos e comentários anteriores ao bloqueio. Em nota pública, declarou que: “Não é fácil encontrar o equilíbrio ideal entre permitir que as pessoas se expressem criativamente e manter uma experiência confortável para a nossa comunidade global e culturalmente diversa”⁶¹.

Outro caso foi o bloqueio da intervenção artística do alemão Olli Waldhauer em 2015. O fotógrafo quis problematizar o modo como as mídias digitais tratam as mensagens xenofóbicas que são compartilhadas na rede. Waldhauer comparou as medidas do *Facebook*

⁵⁸ O arquivo fotográfico estabeleceu uma parceria com em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/>> Acesso em: 07 nov. 2016.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1248568> Acesso em: 07 nov. 2016.

⁶⁰ Nas palavras do ministro: “tal postura fere a Constituição da República; o Marco Civil da Internet; o Estatuto do Índio e a Convenção da Unesco sobre Proteção e Promoção da Diversidade e das Expressões culturais. Também desrespeita a cultura, a história e a dignidade do povo brasileiro”⁶⁰.

⁶¹ Disponível em <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/facebook-desbloqueia-foto-de-indios-botocudos/>> Acesso em: 08 nov. 2016.

sobre o bloqueio em relação a nudez e discursos racistas, trazendo na foto uma mulher de *topless* atrás de um homem sentado em um sofá.



Figura 2: Fotografia de Waldhauer censurada no Facebook.

O homem exibe “não compre dos turcos”, uma alusão ao slogan nazista que dizia “não compre dos judeus”. O termo “kanaken” é uma expressão alemã depreciativa em referência aos imigrantes turcos. Acima, tem-se: “Apenas uma dessas duas pessoas está quebrando as regras do *Facebook* #NippelStattHetze”⁶². A *hashtag* significa, “mamilos em vez de assédio racial”.

Diversos compartilhamentos utilizaram a publicação da imagem original, mas essa aparecia vedada, com outras figuras ou então com os mamilos desfocados. Após a censura, Waldhauer revelou sua indignação: “Pode me dar uma explicação, Sr. Facebook? Entenderam realmente o que estamos fazendo? Isso seria bom”.

Em outras palavras, enquanto o *Facebook* censurou a nudez, o discurso racista manteve-se intocável, afinal aquele que desafiou as suas normas de controle foi “apenas” um sujeito (Waldhauer) e, por isso, a plataforma não reconsiderou, diferentemente do ocorrido com o Ministério da Cultura brasileiro, que representava os interesses de um Estado Nacional.

⁶² Disponível em <<https://www.facebook.com/olliwaldhauer/photos/a.194559157545145.1073741828.194554314212296/194921810842213/?type=3&theater>> Acesso em: 08 nov. 2016.

Assim, tem-se que as interações nas mídias digitais são construídas por meio da polaridade entre a liberdade dos indivíduos e o controle dos direitos civis e das informações que permeiam as postagens destes, desafiando, por sua vez, o discurso que sustentou a edificação dos Estados Nacionais democráticos: a defesa da plena liberdade dos sujeitos.

O conceito deleuziano “sociedade de controle” corrobora para o entendimento dessa polaridade. Segundo Deleuze (2000), no começo da década de 1990, emergiram novas estruturas sociais que passaram a funcionar através do controle contínuo e da comunicação instantânea. Enquanto na sociedade disciplinar “os confinamentos são moldes, distintas moldagens”, na sociedade de controle “os controles são uma modulação, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p.220).

Enquanto o controle disciplinar se baseava na verticalidade, na longa duração, de forma infinita e descontínua, o controle modular apresenta-se pela horizontalidade universal, em curto prazo, com transformações contínuas e ilimitadas. Se antes o confinamento se expressava a partir das paredes institucionais, a sociedade de controle passou a representar prisões ao ar livre. O indivíduo da sociedade de controle funciona por meio de um feixe contínuo, pois modular significa interferir de forma sutil, acelerar ou “reduzir sua velocidade”, induzi-lo para lá ou para cá, “chamar sua atenção para a necessidade de uma parada, trabalhar para reforçar seus gostos e estilos, desde que sejam os pretendidos e delimitados pela plataforma de rede e seus investidores e contratantes” (SILVEIRA, 2015, p. 1644).

O posicionamento do *Facebook* em relação ao Ministério da Cultura e Waldhauer apresenta esse controle modular. No entanto, a pergunta suscitada pela intervenção artística permanece: as mídias digitais possuem interesse em reger seu controle modular diante daquelas/es que utilizam esse meio para manifestar seus discursos de ódio?

A BOÇALIDADE DO MAL E O DIREITO AO ÓDIO: SOMOS AQUILO QUE COMPARTILHAMOS

J.⁶³ lança mão do anonimato e distanciamento físico oferecido pelas mídias digitais, isto é, utiliza um pseudônimo e uma imagem genérica para publicar suas convicções. Considera que uma “cultura que aceita e tolera o veadismo e sapatonismo, tolera a corrupção,

⁶³ Nome abreviado para preservar os sujeitos da pesquisa, já que a utilização de seus dizeres não foi solicitada aos mesmos. Os comentários serão utilizados sem nenhuma alteração.

o furto, o roubo, alcoolismo, drogas, etc. Bem fazem as culturas mais avançadas em se livrar desses bichos, como os europeus e asiáticos” (2016). Esse comentário foi postado no *YouTube* no vídeo “E se fosse com você? (Por que criminalizar a homofobia?⁶⁴)” feito pelo canal de humor e informação “Põe na Roda”.

J. efetuou por volta de 73 comentários neste vídeo. Para ele: “viados e sapatões são uma involução do ser humano. É uma fase de regresso a idade média. a animalidade e bestialidade. Quando o ser humano evoluir, esses bichos deixarão de existir” (2016). Ele não está sozinho. Mais adiante, outro indivíduo emite seu desejo, corroborando com J.: “CADÊ CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PARA VIADOS” (R., 2016).

J. e R. enquadram-se na categoria de *haters*⁶⁵, sujeitos que expressam a finalidade tácita de expressar o ódio. São pessoas que utilizam o combo anonimato e falta de punição para exaltar a intimidação moral. Como compreender a necessidade de expressar essas violências?

Agamben (2008) considera que uma das questões que Auschwitz oferece é a dificuldade de compreender a mente do indivíduo comum. Para tanto, baseia-se nas considerações de Hannah Arendt sobre o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, 1961. Assim como o próprio Eichmann, a filósofa também acreditava que ele não era um monstro, mas um sujeito comum, como tantos que não são “nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDRT, 2003, p. 299). Ele não odiava judeus, não desejava seu extermínio e não tinha matado com suas próprias mãos. Sua culpa foi obedecer às ordens dos líderes nazistas, pois era apenas um burocrata e, por isso, “agiu como se fosse condicionado” (KOHN, 2001, p. 14).

A partir do conceito banalidade do mal, Arendt problematizou o mal que não se apresenta como uma fatalidade, refletindo sobre atos violentos que não possuem raízes “em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade” (ARENDRT, 1993, p. 145).

Não se trata de isentar o burocrata de seus atos ilícitos, mas entender como se configura a mentalidade que forja indivíduos como ele, ou seja, como o ato de maldade se constitui como banal. Assim, o mal de Eichmann é banal porque não possui motivação

⁶⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KXYtmju2mkw>> Acesso em: 09 nov. 2016.

⁶⁵ Amaral e Coimbra explicam que “o termo hater (em português, odiador) como gíria da internet é originário do hip hop norte-americano, e está relacionado à expressão ‘Haters Gonna Hate’ (Odiadores vão odiar)”. Assim, a palavra *hater* é utilizada para “categorizar o sujeito que fala mal dos outros através dos espaços de interação e conversação na internet. Os haters sempre existiram, antes de se popularizarem na internet, eles surgiam em reuniões públicas, como por exemplo, comícios eleitorais, manifestos feministas, religiosos, etc (AMARAL; COIMBRA, 2015, p. 296)”.

ideológica, patológica ou religiosa. Ainda que a banalidade não seja normalidade, Eichmann tomou e vivenciou o mal como uma trivialidade.

J. é um sujeito comum que encontrou uma forma de liberar seus discursos de ódio pelos mesmos motivos e como tantas outras pessoas igualmente comuns. Porém, além do condicionamento à reprodução dos discursos oriundos de seus círculos sociais, J. manifesta uma determinação em disseminar esse mal, isto é, não o faz enquanto um automatismo como Eichmann.

Por isso, J. embasa seu mal em algumas instâncias sociais para justificar o extermínio desses “bichos inferiores⁶⁶”. Justifica-se, então, através da ciência:

Nenhuma ciência séria entende como ‘normal a veadagem e a sapatonagem, coisa de doentes mentais. por isso fica a cargo de pseudo ciências como psicologia, benzimento, xamanismo, etc. A genética, bioquímica, biologia, biogenética, medicina, psiquiatria, nenhum entende como normal. [...] Merda + esperma, assim como óvulo + óvulo não produzem nada de útil ou bom, apenas seres motivos de gozação e chacota, ainda que pela costas. A natureza, sem a intervenção humana não permitem que possuam descendência. Isso é genética (J., 2016).

Aciona dogmas religiosos:

alega que Cristo defende a viadagem e colação de velcro. [...] escreva sua própria bíblia e crie seu próprio Cristo, seu DEUS, seus dogmaas, onde confundem amor fraternal com amor ao C#. [...] Quem quiser um DEUS ou um Cristo que aceita viadismo e sapatonismo, fala com a gayzista aí de cima, na bíblia dela pode e deve. Posta aqui o nome da religião que você frequenta. Posta o nome da religião que Cristo aceita o viadismo e o sapatonismo? [...] é tudo mentira, ilusão. Igreja onde Cristo aceita e tolera viadismoe e sapatonismo é seita e não religião. Adoram ao demônio, não ao Cristo. [...] veados e sapatões são motivos de chacotas, gozações e piadas em qualquer ambiente. Se acham invejados e amados quando na verdade são apenas palhaços da sociedade moderna. (2016)

E, por fim, constrói sua escala evolutiva da humanidade, na qual homossexuais e lésbicas encontram-se abaixo de heterossexuais e também de animais como o veado:

Esses viados e sapatões de hoje nunca serão os gênios de amanhã, pois ou se e gênio ou aberração. [...] prefiro [...] entender que viado seja uma redução da palavra TRANSVIADO, e fiz essa opção quando achei muita falta de respeito associar tão belo animal com seres tão degradados, com trejeitos esquisitos e estranhos, estereotipados [...] Viados, sapatões e gays deveriam receber penas maiores quando cometerem crimes contra heteros, pois a humanidade chegou ate aqui gracias aos heteros e não o oposto. Viados e sapatões não se reproduzem, logo, a humanidade estaria extinta. (2016)

A escritora e jornalista Eliane Brum realizou uma análise sobre estas situações que ultrapassam a banalidade do mal. Para ela, as mídias digitais ofertaram a possibilidade de “dizer tudo”, sem repressão, censura e criticidade, processo que se metamorfoseou através da

⁶⁶ Para J., os bichos inferiores são ladrão, alcoólatra, drogado, estuprador, pedófilo, corrupto, viado e sapatão.

ostentação da liberdade de expressão e autenticidade. Não há mais distinção entre espaços públicos e privados: qualquer sujeito não é neutro, dada a publicização dos posicionamentos políticos, éticos e morais.

Os considerados “bárbaros” passaram a ser encontrados em todos lugares, indivíduos que, por vezes, fizeram-se enquanto antigos aliados na construção da civilização. Esse processo conforma uma ilusão, porque os “outros” também identificam em nós atos de atrocidades e como “civilizados”, para nos defender, atacamos e humilhamos com o intuito de destruí-los. Para explicar seu argumento, Brum resignifica o conceito de banalidade do mal de Arendt, ressaltando que a internet modificou a utilização da escrita (que se pautava na reflexão, pois construía uma memória social permanente) oferecendo um aspecto novo e atrativo para as manifestações de ódio, fazendo com que a boçalidade constitua o tempo presente:

A boçalidade do mal [...] é um fenômeno gerado pela experiência da internet. [...] Desde que as redes sociais abriram a possibilidade de que cada um expressasse livremente [...] o seu ‘eu mais profundo’, a sua ‘verdade mais intrínseca’ [...] descobrimos não apenas o que cada um faz entre quatro paredes, mas também o que acontece entre as duas orelhas de cada um. Descobrimos o que cada um de fato pensa sem nenhuma mediação ou freio. E descobrimos que a barbárie íntima e cotidiana sempre esteve lá, aqui, para além do que poderíamos supor, em dimensões da realidade que só a ficção tinha dado conta até então (BRUM, 2015)⁶⁷.

O respeito aos direitos individuais caiu, então, por terra. Aquelas/es que cometem atos de maldade na internet reivindicam a condição de “cidadãos de bem” para expressar a intolerância com qualquer espécie de diferença. Hasteiam, com orgulho, o seu ódio, afinando-se com aquilo que Brum atesta: “o direito ao ódio e à eliminação do outro mostrou-se soberano: aquele que é diferente de mim, eu mato. Ou delete. Simbolicamente, no geral; fisicamente, com frequência assustadora (2015)⁶⁸”.

Todos os comentários expostos neste tópico, até o momento, utilizaram o anonimato para a publicização da violência, pois o *YouTube* permite, com maior facilidade, manter a identidade oculta. Porém, Brum alerta que a fase do anonimato tem se mostrado ultrapassada, pois as pessoas não mais se importam em vincular seus dados pessoais e imagens com posicionamentos que são construídos para execrar existências que fogem dos padrões da “normalidade”. O orgulho à intolerância traz a necessidade de visibilizar a negação dos outros. Não basta mais rejeitar em silêncio, pois o ódio, atualmente, constitui-se através da polifonia.

⁶⁷Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html> Acesso em: 10 nov. 2016.

⁶⁸ Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html> Acesso em: 10 nov. 2016.

A interação na página “Orgulho de ser Hetero”⁶⁹ remete-se a esta questão. Criada por Aires em 2012 e alocada no *Facebook*, possui mais de meio milhão de seguidoras/es e curtidas. Para garantir sua polifonia, em 2013, foi elaborado um blog⁷⁰ de humor caracterizado como masculino, versando sobre “bebidas, mulheres, carros, preservação da família e dos bons costumes”⁷¹. A página também possui um *Instagram*⁷², uma loja de “camisetas opressoras”⁷³ e um grupo fechado⁷⁴ no *Facebook* que proíbe a participação de pessoas contrárias às posturas das/os participantes destes meios, não admitindo “Gayzismo, Feminismo nem Esquerdismo no grupo”. Suas/eus seguidoras/es usam seus próprios nomes e sobrenomes na defesa de estereótipos de masculinidade, feminilidade e família, promovendo-os por suas redes.

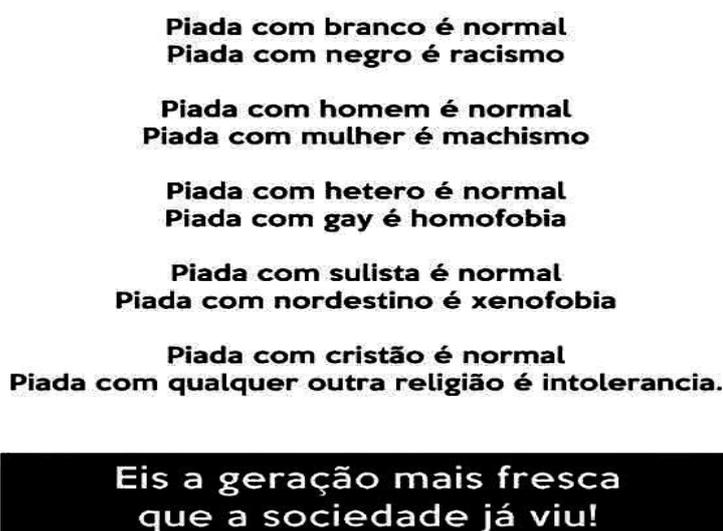


Figura 3: Imagem que define a “Geração mimimi” para a página “Orgulho de ser hetero”.

Essa postagem⁷⁵ foi realizada em 2016 e obteve 11 mil curtidas, 22.439 compartilhamentos e 234 comentários. Busca-se com ela enfraquecer as demandas sociais de grupos que, nos últimos tempos, conquistaram direitos e representatividade. Nessa perspectiva, o racismo é encarado como uma espécie de vitimização injusta, pois as pessoas

⁶⁹ Utiliza-se “hetero” sem a acentuação, pois é a maneira que a página se nomeia. Foi mantida a grafia original expressa pelos comentários nas mídias digitais. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OrgulhodeserHetero/?fref=ts>> Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.hetero.blog.br/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.hetero.blog.br/sobre/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷² Disponível em: <<https://www.instagram.com/orgulhohetero.blog/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷³ Disponível em: <<http://www.lojahetero.com/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/OrgulhoHeteroGrupo/?hc_location=ufi> Acesso em: 13 dez. 2016.

⁷⁵ Disponível em <<https://www.facebook.com/OrgulhodeserHetero/photos/a.587714874632677.1073741828.587546344649530/1200282566709235/?type=3&theater>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

negras manipulam a sociedade. Como reação à campanha #NãoMeVejoNãoCompro!⁷⁶, articulada para fomentar a representabilidade da estética negra, a “Orgulho de ser hetero” postou uma das imagens utilizadas na campanha que trazia uma criança negra segurando a mensagem “NÃO ME VEJO NÃO COMPRO!” em referência às bolsas escolares da marca *Barbie* que se localizavam atrás dela. Os discursos emitidos resumem-se na essência trazida por Ja.: “Só porque é preta quer se fazer de coitada... Ah vão lamber sabão”, ou na agressividade expressa por Db. (2016): “Bom se não gosta de ser negro toma banho de vanish!” (2016).

Sobre as mulheres, diversas postagens ridicularizam a busca por direitos de igualdade, pois considera-se privilégios as conquistas sociais que hoje se garantem legalmente, como a Lei Maria da Penha, a licença maternidade, a não obrigatoriedade do serviço militar, aposentadoria com idade mínima inferior ao dos homens, etc⁷⁷. Em geral, considera-se que as mulheres são responsáveis, mas menos capacitadas para o papel da criação das crianças e/ou na organização e limpeza da casa.

Para ilustrar esse pensamento, foi postada uma imagem⁷⁸ de dois fogões, um limpo e organizado, com a legenda “HOMEM morando sozinho”; outro, sujo e desorganizado, seguido dos dizeres “MULHER morando sozinha”. P. (2016) comentou que os homens não cozinham e, por isso, registra-se a falta de panelas no primeiro fogão. S. reagiu respondendo-lhe: “cadê as panelas no fogão? para um homem organizado essas panelas estão mais limpas que o próprio fogão e guardadas é claro. Já uma mulher solteira...” (2016). Esses dados tencionam os papéis femininos e masculinos, demonstrando que os homens têm buscado demarcar sua superioridade em novas esferas.

As mulheres feministas são o alvo preferido para o rechaço social. São tratadas como não-mulheres, lésbicas, feias, masculinizadas, pessoas que não podem ocupar um local de respeito e, por isso, devem ser extirpadas da sociedade. Para Â.: “Ou você é mulher feminista ou você é mulher heterossexual. [...] largue mão de feminismo. Não te leva a nada, a não ser para o lesbianismo” (2016). E. dispara: “Concorrente nossa, isso trabalha na zona mas gosta de uma pepeca igual nos homens, acaba que a concorrência fica desleal pra ela, pq quer ter a ferramenta é não tem jeito, dai fica só no chup chup kkkkkk” (2016).

⁷⁶ Disponível em <<https://www.facebook.com/hashtag/n%C3%A3omevejon%C3%A3ocompro?fref=ts>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.orgulhohetero.blog.br/20-privilegios-legais-que-as-mulheres-tem-e-os-homens-nao/>> Acesso em 11 nov. 2016.

⁷⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/OrgulhodeserHetero/photos/a.587714874632677.1073741828.587546344649530/1217961881607970/?type=3&theater>> Acesso em: 14 nov. 2016.

Esses discursos emitem sentidos e significados (FOUCAULT, 2008) que conformam uma repulsa às diferenças. O *Facebook* afirma remover conteúdos que atacam as pessoas com base em: “raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, gênero ou identidade de gênero, ou deficiências graves ou doenças”⁷⁹. Entretanto, mesmo diante de denúncias, essas alocações continuam sendo reproduzidas na e através da rede. As mídias digitais têm sido utilizadas para a promoção do ódio contra grupos que fogem das normas e perspectivas morais e, por isso, considerados abjetos⁸⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mostrado, as mídias digitais exercem um poder biopolítico transnacional mediante a utilização de mecanismos disciplinares e controle modular “que se faz em rede e pela rede” (SILVEIRA, 2015, p. 1644). A sociedade em rede se estabelece a partir da coleta e armazenamento de informações (localização geográfica, dados pessoais, rede afetiva, interesses e hobbies, entre outros) cedidas por milhões de pessoas.

Tais dados fornecem a base para a modulação, pois, sem eles, os parâmetros que controlam as novas formas de sociabilidades e consumo não poderiam produzir a conexão sentimental utilizada pelas empresas financiadoras das plataformas. Esta modulação realiza-se através das curtidas, compartilhamentos, páginas seguidas, elementos que são utilizados pelo algoritmo do *Facebook* para selecionar aquilo que será visto nos *feed* de notícias. Assim, as mídias digitais criam uma bolha informacional que retroalimenta as páginas particulares com postagens que agradam as perspectivas preexistentes das/os usuárias/os.

A liberdade e os direitos das/os usuárias/os são modulados pelas mídias. Diversos casos foram analisados neste artigo. O *Facebook* possui uma diretriz chamada Padrões da comunidade que, embora estipule os compartilhamentos permitidos e os tipos de conteúdos que podem ser denunciados e removidos, preveem a divulgação de informações somente mediante solicitações judiciais, negando-se, por vezes, a atenderem esses pedidos, sobrepondo-se às legislações nacionais vigentes.

Além disso, ao mesmo tempo em que o *Facebook* apresenta uma política severa de cerceamento à nudez, demonstra maleabilidade para certas situações preconceituosas.

⁷⁹ Disponível em: < <https://www.facebook.com/communitystandards#hate-speech> > Acesso em: 12 nov. 2016.

⁸⁰ Miskolci considera que essas pessoas “lidam com o desejo e com a experiência social e subjetiva da abjeção como constitutiva das vidas que Judith Butler intitula de vidas precárias (inspirada em uma expressão de Hannah Arendt). As vidas precárias seriam aquelas vividas em terreno hostil, aquelas cuja socialização foi marcada pelo rechaço social” (2011, p. 54).

Inúmeras páginas, postagens e comentários que se baseiam na proliferação do direito ao ódio e violência permanecem intocáveis, ainda que, no plano discursivo, o *Facebook* se coloque contrário à intolerância. Nesse sentido, as mídias digitais assemelham-se à reflexão de Agamben sobre os Estados Nacionais, já que, por vezes, demonstram-se como “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas” (2004, p.78).

Ainda que tais espaços tenham otimizado a visibilidade de experiências sociais e expressões culturais que, por vezes, eram relegadas às margens dos debates sociais institucionalizados, não podemos perder de vista a vigilância desse poder disciplinar e de controle que se tornou invisível, imperceptível, confiável e incorporado, já que as mídias digitais operam um controle moral, ético, estético sobre as emoções, vivências e predileções econômicas de suas/eus usuárias/os, fazendo com que as pessoas vejam estes meios como itens primordiais de socialização.

A sociedade contemporânea é formada através da informação constituída pela autonomia da cultura defronte a si mesma. Estamos em um novo modelo cultural de interação e organização social. Entretanto, falar de cultura não significa contrapô-la à natureza, pois ultrapassamos a necessidade de sobreviver e também o paradoxo de conquistá-la, mas “este não é necessariamente um momento animador porque, finalmente sozinhos em nosso mundo de humanos, teremos de olhar-nos no espelho da realidade histórica. E talvez não gostemos da imagem refletida” (CASTELLS, 2008, p. 574). A internet, além da globalização da conectividade, escancarou a ilusão civilizacional e, cada vez mais, tem mostrado, em tempo real e sem possibilidade de descrença, a face de nossa ignorância e estupidez. Dessa forma, o ódio, gradativamente, tem alcançado mais um degrau de nossa escala “evolutiva” civilizatória, deixando a banalidade para se tornar boçal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. R.; COIMBRA, M. Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. *Contemporânea*, v. 13, 2015, p. 294-310.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks**: liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo, 2013.

- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- COSTA, ROGÉRIO DA. **Sociedade de controle**. SÃO PAULO, PERSPECTIVA, 18(1): 161-167, 2004. Disponível em:
<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/v18n1_18.pdf> Acessado em: 01/10/17.
- DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, 2000.
- _____. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 219-226.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.
- KRAMER, Adam et al. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. **PNAS**, Vol. 111, nº. 29, 2014.
- KOHN, Jerome. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção à Vida do espírito. In: AGUIAR, Odílio Alves et al. (Org.). **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 9-36.
- MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, Luís Antônio F. et al (Org.). **Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito**. Marília: Cultura Acadêmica Editora: v.1, 2011, p. 47-68.
- _____. A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa et al. **Sexualidade, Gênero e Mídia – Olhares Plurais para o Cotidiano**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012, p. 35-55.
- SILVEIRA, Sérgio. Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, dez. 2015, p. 1637-1651.
- _____. A trajetória cypherpunk e suas práticas discursivas. **Revista Eco-Pós**, v. 19, p. 174-188, 2016.
- SOLAGNA, F. **A formulação da agenda e o ativismo em torno do Marco Civil da Internet**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Mediações contextuais: uma aproximação à crise da comunicação na Venezuela e suas implicações na constituição das audiências⁸¹⁸².

Daisy D'Amario

Tradução: Alejandro R. Maldonado Fermín

Resumo: Durante os últimos quase 20 anos do processo político que vive a Venezuela, têm se produzido mudanças objetivas no campo da comunicação e têm se, também, intensificado as experiências e os aprendizados culturais sobre a mídia. Partindo desse pressuposto, neste artigo se argumenta que os públicos não somente estariam marcados pelos muito importantes referentes políticos que operam na organização de boa parte da vida cotidiana venezuelana, mas que o contexto histórico político nos que aqueles referentes têm se produzido, bem como a dimensão comunicacional deles, deram maiores graus de objetivação e reflexividade à relação que as audiências constituem com a mídia.

Palavras chave: mediações contextuais, mídia, audiências, contexto histórico político, Venezuela.

Introdução

Segundo uma reconstrução da radionovela na Venezuela de Lunaidy Benítez, na década de 1940 do século passado houve uma chamada de *Comedia Santa Teresa*, que fez um convite nos jornais ao casamento dos personagens principais como parte da estratégia de promoção que a *Broadcasting Caracas* fazia daquele programa (BENITEZ, 1984, p. 32). O relato do acontecido indica que, antes do meio dia daquele dia no que aconteceria a boda, na sede da rádio tinham recebido flores, jogos de pratos e panos de mesa dos radioescutas caraquenhos. O público, segundo o próprio escritor da radionovela, enviou presentes aos noivos da *Comedia* por que “acreditava naquilo... tínhamos-lhes transmitido uma boa mensagem” (Depoimento de Alfredo Cortina *apud*. BENITEZ, 1984).

⁸¹ Artigo originalmente publicado sob o título: *Mediaciones contextuales: un bosquejo de la crisis de la comunicación en Venezuela y sus implicaciones en la constitución de las audiencias*. **Comunicación. Estudios Venezolanos de Comunicación**, Caracas, n. 156, 2011, p. 30-35. Disponível em <http://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM2011156_30-35.pdf>.

⁸² Nota do tradutor [N.T.]: Embora tinha sido publicado em 2011, quando já podia se falar de pouco mais de uma década de Hugo Chávez no poder na Venezuela, e que as contextualizações respondem àquilo que estava acontecendo naquele país, acredito que uma leitura atenta deste artigo permite identificar elementos comuns da “questão midiática” em vários países de nossa região. Nesse sentido, uma mirada atenta ao acontecido na Venezuela nos anos anteriores à presidência de Nicolás Maduro a partir de 2013, permite ter elementos de contexto que dão luzes para uma melhor explicação da grave crise econômico-política naquele país. E, talvez, com a leitura deste artigo, possa ser possível pensarmos o futuro das democracias em América Latina. Agradeço à autora pela gentileza na revisão da tradução do seu artigo. Também à equipe da Revista Perspectivas Sociais do PPG em Sociologia da UFPel, pela abertura a receber esta contribuição.

Se compararmos essa credulidade e relação de confiança entre os públicos e as mídias – equivalente à reação das pessoas diante da conhecida narração do Orson Welles sobre a invasão dos extraterrestes – com as características que exhibe o público venezuelano contemporâneo, é fácil darmos conta de que, em menos de um século, com mídias massivas como a rádio e a televisão, esse público tem mudado radicalmente.

Dentre o conjunto de exemplos que poderíamos citar, encontra-se um agradecimento à mídia que foi realizado numa entrevista jornalística ocorrida no meio de um conflito penitenciário venezuelano. Naquele conflito, os familiares dos detentos em *El Rodeo II*⁸³, realizaram vários protestos com o intuito de ganhar cobertura midiática nacional e internacional, para denunciar a intervenção governamental naquele centro de reclusão (MATHEUS, 2011). A entrevistada, uma das familiares que fazia da porta-voz dos presos que se resistiam à autoridade e, além disso, que foi a testemunha que observou logo o cumprimento dos acordos que levaram ao fim da crise, diante das câmeras da TV e olhando aos repórteres que a cercavam, dizia: “estamos muito agradecidos convosco, certo? Por que sem vocês não teríamos alcançado o que obtivemos e, vocês, sem nós, também não” (MATHEUS, 2011).

Numa microanálise dessa intervenção cabe destacar, em primeiro lugar, a ideia de que *sem a mídia não teria sido possível alcançar o que os atores sociais esperavam* como um depoimento de um regime de visibilidade mediada (THOMPSON, 2005) ou midiaticizada, que cada vez faz mais parte dos acontecimentos sociais e políticos, da luta e dos modos de vida das pessoas. A mídia permite à ação política superar os limites estreitos da co-presença e da interação imediata entre os indivíduos para chegar até o público massivo nas suas diversas temporalidades: as pessoas fazem protestos; querem anunciar comunicados ou posicionamentos, denunciar situações; e, esperam, então, que a mídia, especialmente a TV, estejam aí onde elas estão, ou que pelo menos transmitam aquilo que esses atores sociais registram com seus próprios equipamentos pessoais de comunicação – telefones celulares. Com muita frequência uma manifestação social, um protesto, não começa até chegar a mídia. Também, com frequência, os eventos ou depoimentos se interrompem, acabam mais rápido ou são cortados abruptamente porque os repórteres retiraram os microfones e as câmeras da cara das pessoas. Aliás, os repórteres, amiúde, encerram a reportagem ou o passe ao vivo, falando de frente às câmeras, mas sem se afastar o suficiente da cena para que o evento transcorra

⁸³ Nome de um dos recintos penitenciários localizado na região central do país, estado Miranda, que faz parte de um complexo de presídios de gestão centralizada que possui diferentes níveis de segurança. No entanto, como é recorrentes nos presídios venezuelanos há várias décadas, esse estabelecimento está superlotado e é controlado por fações criminosas. Daí que seja fundamental a leitura da cronologia feita por Matheus (2011).

com normalidade. A comunicação midiática impõe em boa medida suas próprias regras de produção e circulação de mensagens às práticas sociais e políticas (THOMPSON, 2005). E é precisamente essa presença cada vez mais indispensável da mídia o centro da referência daquela mulher quando manifesta o seu agradecimento: foi importante que a mídia dera seguimento ao conflito penitenciário.

Em segundo lugar, eis, aí, outra coisa importante: a mulher *verbaliza* – diante das câmeras – um agradecimento à mídia, *faz um reconhecimento* de/a ela. Isso implica em formas de conhecimento e reflexividade social sobre a capacidade da mídia para incidir na realidade e fazer acontecer algumas coisas. Essa representação da mídia não tem sido sempre assim, em boa medida pela concepção moderna da autonomia dos acontecimentos humanos e dos sujeitos sociais – a mídia não era vista como fator condicionante ou decisivo ora da produção, ora do sucesso da ação humana. Parte dessa desconsideração se deve a que, nos séculos passados, os atores e os seus eventos não aguardavam nem contavam com a presença da mídia, menos com uma cobertura do tipo da que se faz no presente. Mas também porque a mídia era concebida como um veículo da Ilustração, para informar, e nada mais do que isso. No entanto, a mulher porta-voz tem consciência de que a mídia incide na realidade. É também uma forma de crença distinta à da audiência da radionovela – a questão não é mais que aquilo que transmite a mídia seja verdade ou que sejam nossas interações *reais* normais, mas o fato de que a mídia possui capacidade para produzir acontecimentos. Trata-se de uma consciência do seu poder.

Para além dessa espécie de confirmação social da tese da visibilidade mediada e da possibilidade de que esse tipo de visibilidade seja tido como possível pelos próprios atores sociais e não apenas para os pesquisadores, há outra questão – a mulher, após agradecer à mídia, agrega que *a mídia sem elas, as manifestantes, não teria alcançado nada também*. Para nós, isso alude a duas coisas: a) à forma como a mídia fez a cobertura das ações protagonizadas pelos familiares dos detentos, o que implica um conhecimento das atividades da mídia em termos puramente comunicacionais, de ser objeto de construção político-midiática. Isto é, de serem representados na mídia de uma determinada maneira, a do descontentamento, a dos protestos, a da indignação social; e de que essas maneiras de representação são legitimadas, assim, midiaticamente; e, b) concomitantemente, a mídia tem também intencionalidades autônomas por trás dessa maneira de construção midiática, ou seja, é um reconhecimento de que a mídia tem seus próprios interesses. Em conjunto, ambas as alusões levam-nos a uma compreensão social do comportamento da mídia em diversos planos.

Se pensarmos que a mulher entrevistada, embora seja protagonista das matérias da mídia, é antes de tudo uma parte do grande público, cabe perguntarmos: como é que tem acontecido essa mudança da audiência? Como é que passamos de uma mirada *naif* do lugar da mídia nas nossas sociedades, ou seja, de um modo de recepção confiada, a essa outra mirada, senão crítica, bastante realista do que faz a mídia? Como é que se desenvolveu esse sentido instrumental da ação para com a mídia por parte dos sujeitos sociais? E como é que essa instrumentalização parte de um reconhecimento das próprias lógicas de construção da realidade e dos interesses associados na mídia?

Como temos asseverado antes (D'AMARIO, 2011), existem muitas variáveis históricas que confluem para que esse processo tenha acontecido. Quase um século com mídia – rádio e televisão – não passa em vão. Embora a ideia de autonomia (mesmo que relativa) dos sujeitos de recepção seja uma premissa da que partem boa parte dos estudos sociocomunicacionais contemporâneos, deve se reconhecer que se trata de uma condição e uma capacidade que se constrói socialmente. As modalidades de distanciamento, desmitificação ou crítica ao respeito das instituições midiáticas e das realidades que elas (re)criam, são um produto complexo de mediações sociais. Destarte, a constituição das audiências deve se ver como se fosse atravessada pelo conhecimento social que se *acumula* das trocas entre receptores e mídia, dos desapontamentos e alegrias que a mídia produz, e do lugar que ela ocupa nos nossos padrões de socialização, bem como em circunstâncias históricas determinadas.

Desta maneira, embora seja difícil compreender o tipo de recepção comunicacional e as formas de indistinção entre a realidade e a ficção midiática que realizavam nossos antepassados quando eles acompanhavam a radionovela *Comedia Santa Teresa*, nós sabemos que se trata de audiências distintas, que houve uma ruptura na *evolução* dos públicos derivada, entre outras coisas, da experiência cultural com a mídia massiva. Essas rupturas junto com as mudanças da subjetividade e das interações sociais são parte do processo de “ajuste cultural”, como os chama Schutz, que podem ser analisados historicamente – as competências culturais se desenvolvem na troca de significados e na evolução das estruturas sociais e comunicacionais, mesmo que isso não tenda a um patamar melhor.

No entanto, para compreender o novo conhecimento social sobre a mídia venezuelana, além dessa progressiva (re)construção das nossas pautas culturais ao redor da mídia em si, deve ser visto o contexto atual, especialmente no que diz respeito à relevância que a questão comunicacional tem. Ela tem adquirido esse lugar relevante por causa do seu

próprio lugar nas sociedades contemporâneas, das mudanças aceleradas na estrutura comunicacional e das transformações culturais e políticas da recepção midiática venezuelana.

O contexto: crise da comunicação na Venezuela

A atual percepção venezuelana da mídia, bem como das práticas de recepção, jornalísticas e comunicacionais em geral, estão constituídas e entremeadas pelas condições e acontecimentos sociais, políticos e comunicacionais que tem acontecido no país logo após as eleições de dezembro de 1998, nas que Hugo Chávez foi eleito pela primeira vez. A partir desse momento, o país tem vivenciado um período de intensa controversa social da que a mídia tem sido, ao mesmo tempo, sujeito e objeto⁸⁴.

Essa conflitualidade política tende a ser analisada sob o rótulo da *polarização política* e, assim entendida, contribui à descrição do comportamento tendencioso da mídia, do papel que exerceriam *de fato* como atores políticos e das características do público venezuelano (BACALAO, 2009). O enorme *desencontro* entre as posições chavistas e antichavistas teria marcado a atuação da mídia, bem como o consumo e preferências da audiência venezuelana, especialmente no que diz respeito à matéria informativa e de opinião. O conceito de mediação política, como posicionamento ideológico, adquire pertinência aqui para dar conta das formas nas que se produzem e se recebem as mensagens midiáticas⁸⁵.

Contudo, o conflitante contexto político-comunicacional venezuelano pode ser analisado além dos esquemas usados pelos sujeitos sociais para representar a realidade venezuelana e, assim, produzir formas de distinção político-comunicacional. Esse contexto está conformado não somente pelas ideologias ou referentes políticos que operam implícita ou explicitamente nos atores comunicacionais, mas por um complexo de elementos conjunturais, estruturais, discursivos e *acontecimentales*⁸⁶, que tem um caráter *externo* tanto para a mídia quanto para as audiências, e que, no entanto, atua como uma mediação social fundamental do processo comunicacional produzindo, por sua vez, outras mediações, como as da própria

⁸⁴ [N.T.] Duas décadas após esse acontecimento que marcou a história sociopolítica da Venezuela, essa controversa na que a mídia é sujeito e objeto se mantém, mas com uma diferença importante: a inversão do controle, pois a mídia é majoritariamente oficial. Além disso, são outros os espaços midiáticos de luta e controversa, como por exemplo, Twitter. Veja-se, para mais detalhes, D'AMARIO (2018).

⁸⁵ Para uma revisão do conceito de mediações e das tipologias das que estamos fazendo uso, podem ser vistos os trabalhos de Jesús Martín-Barbero (1987; 2001; 2002; 2009), de Guillermo Orozco (1991; 1993; 1994; 1999) e o de David González Hernández (2009).

⁸⁶ [N.T.] Por tratar-se de um neologismo, preferi deixá-lo em sua expressão espanhola. Em qualquer caso, a ideia remete a que são elementos que derivam dos acontecimentos, isto é, não são nem necessariamente advindos de conjunturas, nem de estruturas, mesmo que qualquer acontecimento pode derivar tanto de uma quanto de outra. Remete precisamente a essa “zona cinzenta”, que pode emergir repentinamente sendo difícil identificar sua pertença.

comunicação/recepção política polarizada. Esse contexto pode entender-se como o de uma crise ou transfiguração da comunicação massiva venezuelana, que gera em si mesma uma transformação das pautas culturais, da constituição dos públicos e seus modos de conceber à mídia.

Nesse sentido, a crise da comunicação na Venezuela tem se produzido, quanto menos, devido aos seguintes elementos:

O primeiro vem dado pela tensão política produto do nascimento do projeto político que liderava Chávez num contexto no que a *mídia era uma das instituições de maior reconhecimento e credibilidade social*, diante da progressiva perda de legitimidade que tinham sofrido as formas tradicionais de representação política. Ou seja, no contexto da chamada *antipolítica*, de rejeição e desprestígio social de instituições fundamentais da política moderna venezuelana – que para alguns analistas e líderes de opinião foi também o fator chave para a vitória de Chávez no ano de 1998 –, a mídia tinha alcançado um protagonismo e uma legitimidade social ao interior da sociedade venezuelana; ganhos que logo serão questionados pela popularidade social de um líder no que, parafraseando a Bisbal (2005), foram colocadas muitas esperanças. Um tipo de liderança, aliás, que pouco dizia respeito aos valores e concepções de mundo que promoviam – e sobre os quais se baseavam estruturalmente – as empresas midiáticas venezuelanas.

O segundo elemento é o discurso governamental (e sua alta recepção entre os venezuelanos) em contra da mídia privada, bem como a própria relação entre Chávez e a mídia. Quase não é necessário dizer que foi uma relação cheia de *impasses* e de ruídos derivados diversamente tanto do comportamento da mídia quanto das reações e das expectativas governamentais sobre a atuação da mídia. Isso é também cabível para a cobertura que ambas as derivações anteriores tem tido dentre a própria mídia, nacional e internacional, pública e privada.

Para além do conteúdo substantivo da mídia, é inegável que a liderança de opinião que exercia o presidente da Venezuela, isto é, sua incidência na agenda pública para além da capacidade que lhe é própria à mídia, foram os incentivos para a construção de discursos sociais ao redor da questão comunicacional venezuelana. Destarte, o tipo de relação que foi estabelecida entre Chávez e a mídia tem significado o desenvolvimento de modalidades de comunicação midiática diretas da presidência – e do governo em geral –, bem como de uma parte da mídia privada, que tem influenciado na interação das pessoas com a mídia – rádio e televisão particularmente. Ou seja, a circulação de opiniões e, portanto, a reflexividade social

sobre o papel da mídia tem se multiplicado ao calor das diversas manifestações do conflito governo-mídia.

O terceiro é o comportamento desenvolvido pela mídia privada em conjunturas políticas da nossa história recente, sendo as mais importantes: a do golpe de Estado de abril de 2002 e a da “paralisação petroleira” de fins daquele ano e começo de 2003. Em ambos os momentos históricos a atuação da mídia em oposição ao governo foi tão central – e questionada – que inclusive tende a mídia a ser reconhecida hoje como um ator fundamental, mesmo antes que as próprias organizações políticas. Veja-se na seguinte citação de Cañizález (2004, p. 16-17) como é que isso tem sido possível:

Durante a paralisação realizada pela oposição entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, na Venezuela, ficaram em evidência alguns aspectos centrais dessa percepção que leva a colocar à mídia na categoria de poderes factuais... em conversas que temos tido com três dirigentes opositores – um deles participou do comando tático que dirigia a paralisação –, eles confirmaram essa ação ia a cessar após 48 horas e exclusivamente se usaria como pressão momentânea para depois seguir as negociações que estavam em marcha com o Governo, sob a mediação da Organização de Estados Americanos e o Centro Carter. O ponto de vista dos empresários da mídia acabou com a primeira estratégia e colocou à oposição na senda da paralisação “por tempo indefinido”, com os custos políticos e econômicos que todos conhecemos hoje. Outros dois líderes de partidos políticos, cujas opiniões não eram de apoio unânime a essa ação, foram silenciados pela mídia. No entanto, sem dúvida nenhuma, o elemento mais chamativo o constituiu nesse mesmo contexto o fato seguinte: em não poucas ocasiões a Coordenadora Democrática – que aglutina partidos políticos e associações da sociedade civil opositoras – conheceu o conteúdo de mensagens publicitárias uma vez que elas estavam no ar, sem que participara na sua concepção.

Então, além de expor veementemente a questão tensa da relação governo-mídia, aquelas conjunturas permitiram também visibilizar a importância que possui a mídia na construção dos acontecimentos políticos e sua vontade de intervenção no espaço político, não como mediadores comunicacionais, mas como um dos atores mais relevantes.

Igualmente, abril de 2002 e a “paralisação petroleira” converteram-se em incentivos principais para a transformação da estrutura midiática do país por parte do governo venezuelano, cujo investimento em políticas comunicacionais, em antigos e novos canais ou emissoras públicas de alcance nacional ou internacional, se justifica em grande medida na experiência vivida pelo governo em ambas as conjunturas e na necessidade de criação de *contrapesos* políticos-comunicacionais. Trata-se de uma necessidade amplamente expressada pelos atores governamentais para o desenvolvimento das políticas comunicacionais. Veja-se o dito por Yuri Pimentel, na época presidente do canal de televisão do Estado venezuelano, Venezolana de Televisión (VTV), em entrevista com Baciao (2009):

Creio que é uma ferramenta [...] para tentar mostrar a outra face da moeda [referência a VTV]. Isso é o que temos para enfrentar a guerra midiática, sendo minoria com respeito à mídia privada. [...] Se observamos a VTV só, pode ser que não passe a prova do equilíbrio. Mas se a colocarmos no conjunto de toda a mídia da direita, mais bem ficamos curtos com a nossa defesa.

O quarto elemento está constituído pela *mobilização de setores e organizações nacionais e transnacionais ao redor de discursos sobre a mídia na Venezuela*. Nos últimos anos tem prosperado, com efeito, posições elaboradas desde circuitos da sociedade civil, comunicacionais, intelectuais e políticos que tem tendido a favorecer ou a dar razões às distintas posições envolvidas no conflito pelo comunicacional venezuelano, com o intuito da defesa de valores e ideias como a de *liberdade de expressão* ou a de *responsabilidade social* da mídia. Em alguns casos, essas diferenças obedecem a uma divisão clássica entre liberais e socialistas, direita e esquerda; em outros casos, à polarização entre chavistas e antichavistas; e ainda em outros, as opiniões e mobilizações dependem mais das conjunturas e temas específicos que estão no debate público. Mas, em geral, tal como tem havido uma separação, um hiato profundo entre o governo e mídia privada, também a separação tem vigorado para aqueles atores públicos com incidência na construção de matrizes de opinião, ora para criticar a atuação da mídia privada e a *manipulação midiática*, ora para questionar o *controle da mídia* por parte do governo.

Essa mobilização resulta tão decisiva que a transcendência da questão comunicacional venezuelana pode ser inclusive medida pelo grau de atenção que concita em organizações de larga data como a Sociedade Interamericana da Imprensa (SIP) ou Repórteres sem Fronteiras; em outras mais recentes como o Fórum Social Mundial ou a Rede Voltaire; ou no impacto que tem suposto na constituição de outras novas organizações na Venezuela, como o Espacio Público ou o Frente Socialista de Periodistas. Os posicionamentos e as mobilizações dessas organizações permitem conhecer boa parte das posições comunicacionais-políticas que possuem diversos setores da sociedade venezuelana, em particular atores do campo da produção midiática, como jornalistas, donos e diretores da mídia, o mesmo que autoridades públicas.

O quinto elemento é a *diversificação do consumo e da produção midiática* pelo auge da televisão por subscrição e Internet, bem como de outras tecnologias de uso pessoal (telefonia celular, de vídeo e de som). Embora o acesso seja um tema recorrente para países como a Venezuela, é indubitável que aconteceu uma mudança na base comunicacional, na estrutura tecnológica e nos recursos com os quais os venezuelanos contam hoje para se comunicar para além da mídia e das modalidades da imprensa, a rádio e a televisão. Como

mostram diversas pesquisas de opinião, essa diversificação supõe movimentações nos hábitos de consumo das audiências: a televisão cedeu espaço para a Internet e os celulares (BRINGUÉ; SÁDABA, 2008). Por outro lado, as mudanças no consumo resultam também em mudanças ao interior dessas mídias, que passam a serem cada vez mais plataformas ou *marcas* multimídias. Tem reflexo igualmente na produção midiática em geral. Destarte, na medida em que o entretenimento midiático, isto é, o entretenimento massivo por excelência, e os fluxos de informação e opinião não passam mais nem exclusiva nem centralmente pela mídia tradicional, acontecem transformações decisivas tanto na esfera pública quanto na cultura midiática venezuelana.

As novas mídias têm sido utilizadas amplamente nos últimos anos pela sociedade venezuelana para participar no contexto mais abrangente da controversa político-comunicacional. Ao calor dos acontecimentos políticos venezuelanos (DIAZ *apud*. DE LAS HERAS, 2007), dentre os quais os temas que dizem respeito à mídia ocupam um lugar central, os sítios web, o *blogging* e o *microblogging* têm virado espaços importantíssimos para rebater ou apoiar perspectivas políticas da comunicação e, mesmo, de instituições e atores midiáticos determinados. Dessa maneira, contribuem a ampliar socialmente e a intensificar a disputa pelo comunicacional venezuelano.

Já o sexto elemento diz respeito à *finalização da concessão estatal a Radio Caracas Televisión (RCTV)* sobre o espectro radioelétrico e a mobilização social que aquilo produziu tanto em contra da medida quanto a favor da mesma no ano de 2007. Para além das implicações culturais da saída do ar de um dos canais de televisão comercial que tinha maior tradição e popularidade no país, ou precisamente por essas mesmas implicações, a saída de RCTV supôs uma maior visualização política do tema comunicacional para amplos setores de venezuelanos. Isto pode ser exemplificado com a conhecida contraposição que se dava – e ainda continua – entre chamar a saída do canal de *não renovação* ou de *fechamento* nos debates e manifestações públicas em torno ao caso RCTV. A disputa legal/política pela adequada caracterização da ação governamental em contra desse canal implicou, precisamente, num reconhecimento social sobre as relações entre comunicação e política, o papel do Estado como proprietário do espectro radioelétrico, e as problemáticas associadas à história e função da mídia comercial venezuelana. E, dado que foi outorgada a continuidade da concessão de outros canais nacionais como Venevisión e Televen, supôs também a intensificação da controversa ao interno do próprio campo da comunicação comercial, em especial da televisão, o que derivou no começo de abordagens, até então inéditas, de qual o

papel da mídia na Venezuela e como devem ser as formas de relacionamento com as autoridades governamentais e, mais em geral, com o âmbito político. Ou seja, esse processo intensificou o debate das próprias empresas midiáticas e de seus integrantes ao redor da sua própria atuação e, nessa mesma medida, da dimensão como instituição/ator social.

Em sétimo lugar, elencamos *as mudanças do sistema midiático venezuelano*, que têm acontecido tanto pela redistribuição estatal do espectro radioelétrico quanto pelo surgimento de novas mídias públicas, privadas, comunitárias e alternativas, também pela transformação das antigas instituições midiáticas. Dentre o conjunto de fenômenos que conformam o contexto da crise da comunicação venezuelana, as mudanças registradas na propriedade, organizações e perfis básicos da produção comunicacional da mídia, são das mais visíveis para o grande público na medida em que a) boa parte dessas mudanças têm se registrado no espaço audiovisual dada a saída do ar de canais de TV e rádios comerciais, e a entrada de outras novas emissoras; b) têm envolvido um significativo crescimento da comunicação público-estatal, com expressões na imprensa, rádio, televisão e Internet; e, c) têm produzido o surgimento de televisoras e rádios comunitárias, além de outras experiências comunicacionais que visibilizam no espaço local as transformações da comunicação venezuelana.

Destarte – junto com a introdução e acessos a novas mídias e tecnologias – a estrutura comunicacional venezuelana apresenta diferenças significativas àquela de fim dos anos de 1990. Essas mudanças, particularmente as que dizem respeito à mídia comunitária – com ênfase desde 2002 com a aprovação do *Regulamento da radiodifusão sonora e TV aberta comunitárias de serviço público, sem fins lucrativos*, e a partir do auge da mídia público-estatal desde 2003 com o surgimento da televisoras *Vive* – têm acarretado um intenso debate sobre a propriedade e função da mídia, bem como a sua autonomia e intencionalidades políticas. E, ainda de maneira mais importante, ao respeito do seu impacto e percepção por parte das audiências venezuelanas, essas mudanças têm significado também a emergência de mensagens – como as que colocam em pauta discursos anticapitalistas – controversamente distintas àquelas que, na mídia massiva, dominam o espaço da comunicação comercial venezuelana e o mundo ocidental, em geral.

O oitavo elemento é o do *surgimento na Venezuela de novos gêneros audiovisuais que circulam na televisão e na Internet* desde canais públicos e privados, bem como de outras experiências de produção de conteúdos comunicacionais. Aproximadamente desde 2003, houve um incremento de programas e outras modalidades informativas e de opinião dirigidas a problematizar a própria questão comunicacional e a incentivar a polêmica entre a própria

mídia. Outra forma adotada consiste em desenvolver estratégias e técnicas comunicacionais para fazer denúncias e para o confronto político. Isso supôs mudanças nas regras de construção e da própria linguagem usada nas mensagens midiáticas. Nesses espaços audiovisuais, caracterizados por se referir e analisar de forma explícita as mensagens dos *concorrentes*, denunciar o tratamento dado aos fatos noticiosos, utilizar e repetir imagens de arquivo, ou fazer uso da técnica de intervenção das imagens, são evidências de um trabalho especializado que é produzido para e pela guerra comunicacional-política, e dentre dela pela luta pelo domínio ou crítica às matrizes de opinião hegemônicas.

Na medida em que esses conteúdos explícita ou visivelmente se subsumem à polarização política como a nova regra básica da produção comunicacional, ela é também uma dimensão do novo contexto da comunicação venezuelana amplamente reconhecida pelo público, que permite socialmente tanto a classificação da mídia e do seu público, quanto determina, em boa medida, a percepção sobre a sua atuação. Isso explica a ressonância de programas como “La Hojilla” da televisora pública VTV, de micros informativos dessa mesma televisora como “Contacto con la realidad”; ou dos micros da televisora privada, Globovisión, “Aunque Ud. no lo crea, Ud. lo vió por Globovisión” e “No hay nada más peligroso que la verdad” (PAULLIER, 2011).

Outra variável do contexto histórico comunicacional que pode ser adicionada é a da *mudança introduzida no campo acadêmico e profissional da comunicação* pela nova curricula em comunicação social de instituições de ensino superior recentes como a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) e a Missão Sucre, *además da alta produção em circuitos intelectuais tradicionais e não tradicionais ao redor da questão comunicacional venezuelana*.

A conjunção de todos os elementos aqui elencados mostra uma realidade comunicacional-política distinta à que vigorava na Venezuela até 1998. E a sua transcendência radica, adicionalmente, no grau de *publicidade* que alcançaram cada um desses elementos no próprio marco geral da controversa sociopolítica. A mídia, ao longo desses últimos anos, tem sido objeto de atenção, informação ou explicação pública, não apenas pela sua disposição ou seu comportamento nas conjunturas de transcendência histórica, mas em relação com elementos menos reconhecíveis como são as tecnologias comunicacionais e a Internet. Ou seja, tanto pela intensidade das mudanças quanto pela significação social que têm tido muitas delas, a crise da comunicação venezuelana alcança um grau de realidade que impacta os modos como se relacionam os públicos com a mídia e, também, a percepção que eles têm dela como instituição comunicacional e política. Nesse

sentido, não é estranho que a mulher entrevistada que citáramos ao início deste texto tenha consciência do poder da mídia. E isso, talvez, implica que seja necessária uma revisão do conceito e das tipologias de mediações sociais.

Mediações contextuais

Os estudos da comunicação em América Latina nas últimas décadas têm oferecido valiosos aportes sobre as mediações que acontecem nos processos de recepção comunicacional, entendidas como os lugares sociais desde os quais os públicos recebem/*interpretam* as mensagens da mídia. Isso tem acontecido como parte da redescoberta da dimensão microsociológica da comunicação social, na que a ação dos indivíduos, da audiência, é ressaltada como construção intersubjetiva. Porém, como é cada vez mais reconhecido, essa (re)descoberta implicou uma espécie de abandono dos componentes histórico-estruturais, ou macros, que determinam também as relações que se estabelecem entre audiências e mídia.

Assim, no caso que aqui ilustramos, é comum pensar que o principal fator, ou, melhor dizer, a principal mediação que incide na relação das audiências venezuelanas com a mídia é a política polarizada entre chavistas e antichavistas, entendida como uma mediação de tipo referencial; isto é, como atitudes, receitas, posições ideológicas, que dão aos indivíduos fundamentos para suas escolhas, preferências, atividades e modalidades de recepção da mídia, seja ela global ou venezuelana. Nós concordamos com essa análise por que, em uma muito boa medida, há um reconhecimento social amplíssimo da existência de uma comunicação social polarizada que aceitam os atores espertos da comunicação e que enxergam claramente as audiências venezuelanas, com especial atenção aquelas que participam dessa polarização política. No entanto, há outras mediações.

Uma das mais claras dentre os elementos do contexto resenhados neste artigo, é a que diz respeito à *mediação tecnológico-comunicacional*, por que as transformações que introduzem as tecnologias info-comunicacionais não mexem apenas com o consumo das novas mídias, mas ao da mídia tradicional também. A interatividade em geral e em tempo real que as caracteriza, permite e facilita formas de relacionamento com a mídia e, também, com outras audiências, que incidem no campo mesmo da comunicação, na sua produção e recepção. E assim como o elemento tecnológico, outros se constituem também como mediações, ou seja, referentes desde os quais é possível receptionar e perceber à mídia.

No entanto, no caso venezuelano, todos aqueles elementos configuram uma mediação mais objetiva – ou externa – representada pelo próprio contexto político-comunicacional, que para nós está constituído pela conjunção desses diversos elementos e variáveis, e que tem sofrido e originado transformações aceleradas na última década. Esse tipo de mediação não é *individual*, não corresponde ao âmbito das condições ou referentes intersubjetivos da recepção comunicacional, mas é – ou se constitui – como externa aos receptores e produtores comunicacionais em geral. Durante este período histórico, num contexto de conflito político, têm se produzido transformações objetivas no campo da comunicação e, ao mesmo tempo, têm se intensificado as experiências – e aprendizados – culturais sobre a mídia. Os públicos, pois, não somente estariam marcados pelos muito importantes referentes políticos que operam na organização de boa parte da vida cotidiana venezuelana, incluída a produção e recepção midiática, mas que o contexto histórico político nos que esses referentes têm se produzido – e mesmo a sua dimensão comunicacional – outorgaram maiores graus de objetivação e reflexividade na sua relação com a mídia.

REFERÊNCIAS

- BACALAO, Mariana. Venezuela: medios de comunicación en un contexto polarizado. Ponencia presentada en el II Congreso de Investigadores Venezolanos de la Comunicación. 2009. Disponível em: <http://www.invecom.org/eventos/2009/pdf/bacalao_m.pdf>.
- BACIAO, Luis Tovías. Yuri Pimentel: ‘Globovisión no es sólo un canal, es parte del latifundio mediático’ [Entrevista]. **Venezolana de Televisión**. Caracas, 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vtv.gov.ve/art%C3%ADculos/entrevistas/18855>>.
- BENÍTEZ, Lunaidy. La radionovela venezolana: tres momentos y ¿una muerte anunciada? **Comunicación. Estudios Venezolanos de Comunicación**, n. 47. Caracas, 1984, p. 29-40. Disponível em: <http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM198447_29-40.pdf>.
- BISBAL, Marcelino. Venezuela y su crisis. El contexto ineludible de los media. **ConcienciaActiva21**, n. 7. Caracas, oct. 2005. Disponível em: <<http://www.concienciaactiva.org/ConcienciaActiva21/conciencia7/0702.pdf>>.

BRINGUÉ, Xavier; SÁDABA, Charo (coords.). **La generación interactiva en Iberoamérica. Niños y adolescentes ante las pantallas.** Barcelona: Fundación Telefónica / Ariel, 2008.

CAÑIZÁLEZ, Andrés. La prensa en el referendo venezolano. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 87. Quito, sep. 2004, p. 4-12.

D'AMARIO, Daisy. **Crisis de la comunicación y mediaciones contextuales: exploraciones de la percepción social de los medios de comunicación en Venezuela.** 2011. 286 f. Trabajo de Ascenso en el Escalafón Universitario – Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2011.

D'AMARIO, Daisy. **Discursos político-identitarios no Twitter: o caso venezuelano.** 2018. 276 f. Dissertação - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

DE LAS HERAS, Daniel Alonso. Resumen y conclusiones. **Ya.com.** Madrid, 2007. Disponible en: <http://personales.ya.com/daniel1987/Resumen%20Conclusiones%20del%20Congreso.pdf>.

GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, David. Los medios de comunicación y la estructuración de las audiencias masivas. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. XV, n. 29. Colima, jun. 2009, p. 37-68. Disponible en: http://www.culturascontemporaneas.com/contenidos/medios_estructuracion_audiencias.pdf.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones.** Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

—. Culturas/Tecnicidades/Comunicación. In: **I Coloquio Tres Espacios Lingüísticos ante los Desafíos de la Mundialización.** Paris, Organización de Estados Iberoamericanos, mar. 2001. Disponible en: <http://www.oei.es/cultura2/barbero.htm>.

—. La globalización en clave cultural: una mirada latinoamericana. In: **2001 BOGUES, GLOBALISME ET PLURALISME**, 22-27 Abr 2002, Montreal. Anais. Montreal: 22 Abr 2002. p. 26. Disponible en: <http://www.er.uqam.ca/nobel/gricis/actes/bogues/Barbero.pdf>.

—. Cuando la tecnología deja de ser una ayuda didáctica para convertirse en mediación cultural. **Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información**, v. 10, n. 1, Salamanca, mar. 2009, p. 19-31. Disponible em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2010/201018023002.pdf>>.

MATHEUS, Marjuli. Cronología: 27 días de crisis en El Rodeo. **Últimas Noticias**, Caracas, 13 jul. 2011. Disponible em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/sucesos/cronologia—27-dias-de-crisis-en-el-rodeo.aspx>>.

OROZCO, Guillermo. La audiencia frente a la pantalla. Una exploración del proceso de recepción televisiva. **Diálogos de la Comunicación**, n. 30. Lima, jun. 1991. Disponible em: <<http://ccdoc.iteso.mx/acervo/cat.aspx?cmn=download&ID=1607&N=1>>.

—. Dialéctica de la mediación televisiva. Estructuración de estrategias de recepción por los televidentes. **Analisi**, n. 15. Barcelona, dic. 1993. Disponible em: <<http://www.raco.cat/index.php/Analisi/article/viewFile/41180/89138>>.

—. Recepción televisiva y mediaciones. La construcción de estrategias por la audiencia. In: OROZCO, Guillermo (coord.), **Televidencia. Perspectivas para el análisis de los procesos de recepción televisiva**. México: PROIICOM Universidad Iberoamericana, 1994, pp. 69-88.

—. Televidencia y mediaciones. La construcción de estrategias por la audiencia. In: SUNKEL, Guillermo (coord.), **El consumo cultural en América Latina**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999, p. 68-86.

PAULLIER, Juan. La “contaminación política” en la televisión venezolana. **BBC Mundo**. 1 mar. 2011. Disponible em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/03/110224_venezuela_television_polarizacion_politica_chavez_jp.shtml>.

THOMPSON, John B. **The New Visibility**. *Theory, Culture & Society*, v. 22, n. 6, p. 31–51, 2005. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276405059413>>.